



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

Milena Gemir Teixeira

A ESCRITA DE SI SOB UM OLHAR DECOLONIAL:
DIÁLOGOS ENTRE *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS E
***CARTAS A UMA NEGRA*, DE FRANÇOISE EGA**

Campina Grande - PB

2023

Milena Gemir Teixeira

A ESCRITA DE SI SOB UM OLHAR DECOLONIAL:
DIÁLOGOS ENTRE *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS E
CARTAS A UMA NEGRA, DE FRANÇOISE EGA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Francesa, da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Letras: Língua Portuguesa e Língua Francesa.

Orientadora: Profa. Dra. Josilene Pinheiro-Mariz

Campina Grande - PB

2023

T266e Teixeira, Milena Gemir.

A escrita se Si sob um olhar decolonial : diálogos entre *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega / Milena Gemir Teixeira. - Campina Grande, 2023.

81 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Josilene Pinheiro-Mariz."

Referências.

1.
 1. Literatura Comparada. 2. Literatura Decolonial. 3. Autoria Negra Feminina. 4. Escrita de Si. 5. Romance Epistolar. I. Pinheiro-Mariz, Josilene. II. Título.
- 2.

CDU 82.091(043)

MILENA GEMIR TEIXEIRA

A ESCRITA DE SI SOB UM OLHAR DECOLONIAL:

DIÁLOGOS ENTRE *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS E
CARTAS A UMA NEGRA, DE FRANÇOISE EGA

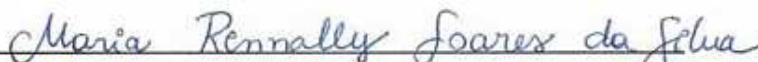
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Francesa, da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras: Língua Portuguesa e Língua Francesa.

BANCA EXAMINADORA:



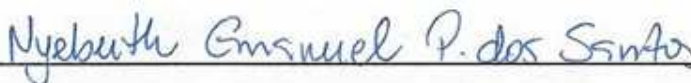
Profa. Dra. Josilene Pinheiro-Mariz

Orientadora – UAL/CH/UFCG



Profa. Dra. Maria Rennally Soares da Silva

Examinadora Externa I – UEPB



Prof. Ms. Nyeberth Emanuel Pereira dos Santos

Examinador Interno II – UAL/CH/UFCG

Trabalho aprovado em: 16/05/2023

CAMPINA GRANDE - PB

À todas aquelas que lutaram comigo e por mim, mas especialmente, àquelas que lutam incansavelmente por todas nós.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha mãe, Verônica, meu padrasto, Daniel e meu irmão mais velho, Júnior, que acreditaram em mim e abraçaram o meu sonho como se fosse deles, pois sem eles eu não teria sequer dado o primeiro passo. Agradeço também ao meu pai que mesmo sem estar tão presente sempre me apoiou; à minha avó que abdicou de um ano da sua própria vida para me auxiliar nos primeiros passos dessa caminhada.

Quero agradecer ao Breno que superou comigo a fase mais difícil da minha vida, me mostrando que é possível vencer mesmo que, em muitos momentos, nem mesmo nós mesmos acreditemos nisso. Além de me proporcionar inúmeros momentos de felicidade e me acompanhar em muitas empreitadas, sempre ficou verdadeiramente feliz pelas minhas conquistas.

À Manuella que vivenciou comigo algumas das minhas melhores e piores experiências durante essa trajetória, me apoiando em todas as decisões sem nunca deixar que eu me sentisse sozinha; à Victor, que me apoiou em todas as decisões e sempre esteve lá quando mais precisei de uma conversa, ou de um abraço desde antes de chegar à UFCG.

Ainda que poucos saibam, agradeço à Caroline, que está marcada na minha vida como uma daquelas pessoas que entram na nossa vida para não nos deixar afundar.

Agradeço à Luíza, minha amiga e parceira, que me inspirou, esteve comigo desde o primeiro dia na universidade e me motivou todos os dias, enfrentando comigo alguns momentos de força e de fraqueza; À Júlia e ao Victor Henrique por serem aqueles que eu sempre pude contar e que escolheram viver ao meu lado as pequenas e grandes conquistas.

Meus agradecimentos ao Fábio e a João Vítor por rirem junto comigo em meio as lutas diárias de um trabalho em equipe, tornando os dias mais leves e mais suportáveis. Lembro também de Eduarda, a quem devo muitos dos momentos de riso leve e coração cheio, só tenho a agradecer pelas partilhas.

Por ter me mostrado a resiliência, agradeço a Maria Jiennalle, pessoa de luz, sempre disposta a vivenciar momentos de boas partilhas e que me mostrou as belezas de trabalhar em conjunto; À Vitória e Marília que construíram comigo algumas das memórias mais felizes da minha graduação. À Liane e Marcelle por serem aquelas com quem dividi muitas risadas e indignações, construindo momentos memoráveis.

Para as minhas meninas, colegas da turma de francês, que me permitiram ver a união de um grupo de amigas se formar e se fortalecer com os anos, meu muitíssimo obrigada.

Também agradeço aos meus professores, com ênfase a José Hélder Pinheiro Alves que foi o primeiro a acreditar em mim e me dar uma oportunidade no meio acadêmico, se tornando um espelho e figura de admiração que carregarei comigo por toda a minha estrada.

Não posso deixar de agradecer à Lino Dias que no meio de todas as minhas necessidades foi um professor de luz que com todo seu carisma e compreensão conseguiu tornar os dias mais leves sempre se mostrando disposto a resolver qualquer empecilho que surgisse em nossa formação.

Imensos agradecimentos aos professores que participaram da minha jornada na graduação, mas que compuseram também a minha banca de avaliação: Maria Rennally e Nyberth Emanuel. A primeira que divide comigo algumas das atividades mais significativas para mim e o último que esteve comigo no primeiro período do curso e que nesse momento pode compartilhar do fim da minha jornada. Meus sinceros agradecimentos aos dois.

Deixo aqui os meus agradecimentos mais profundos à minha professora, ex-tutora, orientadora e, por muitas vezes, confidente, Josilene Pinheiro-Mariz, por acreditar em mim desde o primeiro momento, por me acolher e incentivar. Não há como expressar minha felicidade em partilhar minha graduação com você, profissional excepcional e inspiradora, com a qual aprendi muito mais do que habilidades acadêmicas e profissionais, aprendi a ser uma pessoa melhor, que diante das adversidades desistir não é uma opção, é preciso recuar e olhar para o problema por um novo ângulo.

Agradeço ao Ensino Superior Público que me proporcionou tantas oportunidades de aprendizado; à UFCG pela bolsa durante o exercício de monitoria; ao CNPq pela bolsa durante a minha passagem pelo PIBIC; ao FNDE pela bolsa durante o tempo que estive no PET-Letras/UFCG, pois sem o financiamento desses programas eu não poderia chegar ao término da graduação.

“Será que os pobres de outro País
sofrem igual aos pobres do Brasil?”¹
(JESUS, 2014, p. 33)

*«Oui, Carolina, les misères des pauvres
du monde entier se ressemblent comme
des sœurs [...] tout ce que tu as écrit, je le sais.»*²
(EGA, 1978, p. 9)³

¹ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

² “Sim, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs [...] tudo que você tem escrito, eu sei.” (tradução nossa)

³ EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. Trad. Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. Todavia. São Paulo, 2021.

RESUMO

Em nossa pesquisa direcionamos o nosso olhar para a importância da discussão literária acerca dos romances epistolares de narrativas decoloniais, uma vez que, no contexto contemporâneo, reconhecemos que a literatura de reexistência, sobretudo as escritas por mulheres negras, é um importante caminho para promover a ruptura de pensamentos coloniais que ainda se perpetuam na sociedade atual. Ao reconhecer o vínculo existente entre uma obra nacional e uma obra de língua francesa percebemos a relevância de reconhecer essas obras no meio literário e acadêmico, tanto brasileiro quanto francófono. Sendo assim, voltamos o nosso olhar para uma produção de uma escritora da Martinica que se inspirou em uma escritora brasileira. Metodologicamente, este trabalho possui uma abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007), pois se detém ao estudo pormenorizado de objetos literários demandando uma leitura interpretativa guiada por uma abordagem de enfoques comparatistas (D'ONOFRIO, 1999), entendemos, de acordo com Gil (2002) que essa pesquisa é também documental e bibliográfica. Nesse sentido, delimitamos nosso objetivo geral que pretende discutir a escrita de si sob um olhar decolonial e explicar os diálogos entre as autobiografias epistolares *Quarto de despejo* da Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra*, da Françoise Ega. Para atender a esse objetivo, traçamos os três objetivos específicos: a) analisar o conceito que abarca a literatura decolonial, especialmente aquela escrita por mulheres negras; b) investigar de que maneira o romance epistolar, enquanto gênero, se relaciona com a teoria da escrita de si nas autobiografias; c) comparar as divergências e semelhanças entre as temáticas abordadas e as condições de produção das obras em paralelo à realidade das autoras em prol dos solos sócio-históricos. Nossa análise está ancorada ao conceito de decolonialidade e literatura afro-diaspórica de Maldonado-Torres, Grosfoguel e Bernardino-Costa (2020), Lugones (2012) e Kilomba (2019) ao tratar da autoria negra feminina e para a construção do conceito autobiográfico e da escrita de si lançamos mão dos pressupostos de Lejeune (2008) e outros autores. Dentre as conclusões alcançadas nesta pesquisa, reafirmamos que através da concepção decolonial sobre a literatura, é possível desenvolver um olhar resistente e abrir novos horizontes não só para fomentar as conexões sócio-históricas entre diferentes culturas que podem apresentar realidades semelhantes, mas também para incentivar o conhecimento do passado para que possamos construir um futuro mais resiliente e empático para com os grupos sociais que há muito tempo são subalternizados no meio social.

Palavras-chave: Literatura decolonial; Autoria negra feminina; Escrita de si; Romance epistolar; Literatura comparada.

RÉSUMÉ

Dans notre recherche, nous nous intéressons à l'importance de la discussion littéraire sur les romans épistolaires des récits décoloniaux, puisque, dans le contexte contemporain, nous reconnaissons que la littérature de réexistence, en particulier celle écrite par des femmes noires, est un moyen important de promouvoir la rupture des pensées coloniales qui se perpétuent encore dans la société d'aujourd'hui. En reconnaissant le lien existant entre une œuvre nationale et une œuvre de langue française, nous réalisons la pertinence de la reconnaissance de ces œuvres dans l'environnement littéraire et académique, tant brésilien que francophone. Ainsi, nous nous intéressons à la production d'un écrivain martiniquais qui s'est inspiré d'un écrivain brésilien. Méthodologiquement, ce travail a une approche qualitative (OLIVEIRA, 2007), car il s'arrête à l'étude détaillée des objets littéraires exigeant une lecture interprétative guidée par une approche des démarches comparatives (D'ONOFRIO, 1999), nous comprenons, selon Gil (2002) que cette recherche est aussi documentaire et bibliographique. Dans ce sens, nous délimitons notre objectif général qui vise à discuter de l'écriture de soi d'un point de vue décolonial et à expliquer les dialogues entre les autobiographies épistolaires *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus et *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega. Pour atteindre cet objectif, nous avons défini les trois objectifs spécifiques suivants : a) analyser le concept qui englobe la littérature décoloniale, en particulier celle écrite par des femmes noires ; b) étudier de quelle manière le roman épistolaire, en tant que genre, se rapporte à la théorie de l'écriture de soi dans les autobiographies ; c) comparer les divergences et les similitudes entre les thèmes abordés et les conditions de production des œuvres parallèlement à la réalité des auteurs sur le plan socio-historique. Notre analyse est ancrée dans le concept de décolonialité et de littérature afro-diasporique de Maldonado-Torres, Grosfoguel et Bernardino-Costa (2020), Lugones (2012) et Kilomba (2019) lorsqu'il s'agit de l'écriture féminine noire et, pour la construction du concept autobiographique et l'écriture du soi, nous utilisons les hypothèses de Lejeune (2008) et d'autres auteurs. Parmi les conclusions auxquelles nous sommes parvenus dans cette recherche, nous réaffirmons qu'à travers la conception décoloniale sur la littérature, il est possible de développer un regard résistant et d'ouvrir de nouveaux horizons non seulement pour favoriser les connexions socio-historiques entre différentes cultures qui peuvent présenter des réalités similaires, mais aussi pour encourager la connaissance du passé afin que nous puissions construire un avenir plus résilient et plus empathique envers les groupes sociaux qui ont longtemps été subalternisés dans l'environnement social.

Mots-clés: Littérature décoloniale; Écriture des femmes noires; Écriture du soi; Roman épistolaire; Littérature comparée.

ABSTRACT

In our research we direct our gaze to the importance of the literary discussion about the epistolary novels of decolonial narratives, since, in the contemporary context, we recognize that the literature of reexistence, especially those written by black women, is an important way to promote the rupture of colonial thoughts that are still perpetuated in today's society. By recognizing the link between a national work and a French language work, we realize the relevance of recognizing these works in the literary and academic milieu, both Brazilian and Francophone. Thus, we turn our attention to the production of a writer from Martinique who was inspired by a Brazilian writer. Methodologically, this work has a qualitative approach (OLIVEIRA, 2007), because it stops at the detailed study of literary objects demanding an interpretative reading guided by a comparative approach (D'ONOFRIO, 1999), we understand, according to Gil (2002) that this research is also documental and bibliographic. In this sense, we delimit our general objective, which intends to discuss the writing of the self from a decolonial point of view and explain the dialogues between the epistolary autobiographies *Quarto de despejo* by Carolina Maria de Jesus and *Cartas a uma negra*, by Françoise Ega. To meet this goal, we have outlined the three specific objectives: a) to analyze the concept that embraces decolonial literature, especially that written by black women; b) to investigate how the epistolary novel, as a genre, relates to the theory of writing of the self in autobiographies; c) to compare the divergences and similarities between the themes addressed and the conditions of production of the works in parallel to the reality of the authors' socio-historical soils. Our analysis is anchored to the concept of decoloniality and Afro-diasporic literature of Maldonado-Torres, Grosfoguel and Bernardino-Costa (2020), Lugones (2012) and Kilomba (2019) when dealing with black female authorship and for the construction of the autobiographical concept and the writing of the self we took advantage of the assumptions of Lejeune (2008) and other authors. Among the conclusions reached in this research, we reaffirm that through the decolonial conception about literature, it is possible to develop a resistant look and open new horizons not only to foster socio-historical connections between different cultures that may present similar realities, but also to encourage the knowledge of the past so that we can build a more resilient and empathetic future towards social groups that have long been subalternized in the social environment.

Keywords: Decolonial literature; Black women authorship; Writing of the self; Epistolary novel; Comparative literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Carolina Maria de Jesus	46
Figura 2 - Planta da Favela do Canindé	48
Figura 3 - Mapa da Martinica	50
Figura 4 - Françoise Ega	51
Figura 5 - Capa do livro Quarto de despejo (1960)	53
Figura 6 - Ilustração de Carolina e de seus filhos	55
Figura 7 - Capa do livro Quarto de despejo (2014)	56
Figura 8 - Capa do livro Lettres a une noire: récit antillais (1978)	58
Figura 9 - Capa do livro Cartas a uma negra (2021)	59

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
CAPÍTULO I	19
UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO E A PERSPECTIVA LITERÁRIA DE AUTORIA NEGRA FEMININA COMO NARRATIVAS DECOLONIAIS	19
1. Olhar sócio-histórico sobre o colonialismo e o pensamento decolonial	20
2. A reexistência afrodescendente: perspectivas sobre a literatura negra feminina	25
CAPÍTULO II	31
ROMANCES EPISTOLARES: UMA LITERATURA DE VIVÊNCIAS E A ESCRITA DE SI DE FORMA AUTOBIOGRÁFICA	31
1. Escrita de si e a posição de autoria	32
2. Autobiografias: o sujeito-autor-personagem nas narrativas	34
3. Romances epistolares enquanto gênero de vivências	36
CAPÍTULO III	41
REFLEXÕES COMPARATISTAS: UM GIRO PELAS CARTAS, DE FRANÇOISE EGA E OS DIÁRIOS, DE CAROLINA MARIA DE JESUS	41
1. Literatura comparada: uma contextualização necessária	42
2. Carolina Maria de Jesus: brasileira e escritora ilustre da favela	46
3. A imigrante antilhana de referência: Françoise Ega	49
4. Semelhanças e divergências entre as narrativas epistolares	52
4. 1. Breve contextualização das obras	53
4. 2. Carolina e as imigrantes: relatos de uma fome comum	60
4. 3. A representação da figura masculina na vida das autoras	62
4. 4. A fé e a religiosidade como meio de fortalecimento e refúgio	65
4. 5. Ações de reexistência: posturas decoloniais	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A literatura está presente nas mais diversas textualidades contemporâneas ou não e interage com uma multiplicidade de mídias e suportes, por onde circula uma gama de significações e temáticas, levadas aos quatro cantos do mundo. Literatura comparada é um conceito amplo que, hoje em dia, pode significar abordagens diversas ao mesmo tempo e, ao longo dos séculos, as pesquisas nessa área se ampliaram e se enriqueceram a partir de uma abordagem multidisciplinar. Temáticas contemporâneas presentes nas diferentes literaturas, seja aquelas consagradas por tradição ou as produzidas por grupos minoritários, também motivam a produção científica de base comparativa.

O ideal pensado como literatura comparada surgiu, somente, como disciplina na Universidade de Lyon, na França, em 1887 e apenas mais de 20 anos depois, foi a vez da Universidade de Sorbonne se estabelecer na área (VELOSO, 2019). De acordo com Carvalhal (2006) no século XIX, a Literatura Comparada possuía em foco a relação entre duas literaturas consideradas diferentes. Entretanto, após a virada do século, é crível afirmar que esse campo foi ampliado de forma considerável. Atualmente há diversos estudos sobre a repercussão de autores franceses no Brasil.

Décadas depois, tendências do pensamento contemporâneo foram incorporadas aos estudos em literatura comparada e estimularam a construção de novos olhares sobre as obras e seus autores. Dessa vez, o foco estava nos escritos de afrodescendentes, de imigrantes e de minorias, como indígenas, mulheres e a comunidade LGBTQIAP+.

René Etiemble, em sua obra *Comparaison n'est pas raison* (1963), defendia a necessidade de que os estudos comparatistas dedicassem atenção às literaturas ditas marginais, tais como as latino-americanas e as africanas, partindo do pressuposto de que uma literatura geral jamais poderia ter a pretensão de representatividade se incluísse apenas as literaturas europeias e norte-americanas.

Considerando esse histórico, nesta pesquisa focamos nosso olhar em duas obras escritas por mulheres, *Quarto de despejo*, da Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega. Já Carolina Maria de Jesus escreveu os diários que compõem a obra *Quarto de despejo* entre 1955 e 1960, quando foi finalmente editado e publicado pelo repórter Audálio Dantas, que havia sido encarregado de escrever uma matéria sobre a favela do Canindé e acabou encontrando a escritora, que era catadora de papel da comunidade. Os textos foram escritos durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), governo esse que simbolizava a expansão e crescimento da infraestrutura do Brasil. Em contrapartida, mais

e mais pessoas eram marginalizadas e aglomeradas em favelas em condições precárias e miseráveis. Filha de uma família pouco favorecida, com um pai que era guarda-florestal e uma mãe que trabalhava como costureira, tendo cinco irmãos, Françoise Ega nasceu em 11 de novembro de 1920, em Morne-Rouge, na Ilha Martinica e veio à óbito em 7 de março de 1976. *Cartas a uma negra* é um romance que reúne várias cartas escritas entre os anos 1962 e 1964, dedicadas à escritora brasileira, da segunda obra que destacamos como objeto de estudo dessa pesquisa.

As obras selecionadas são romances epistolares, gênero que foi criado com o suporte de recursos literários que permitem a elaboração de uma narrativa, geralmente por meio de cartas e/ou diários. O termo ‘epistolar’ provém do idioma latino, de ‘*epistoláris*’ e tem o sentido de ‘carta’. A intenção deste procedimento técnico é promover maior veracidade ao enredo, objetivo atingido de forma contundente em ambas as produções.

Diante desse gênero intimista, temos o conceito da escrita de si, que seria, sumariamente, aquela em que o sujeito aborda a sua própria história como temática de seus escritos. A linguagem da escrita de si, pois, mais que dizer o sujeito que se narra, dá-lhe a possibilidade de pôr ordem em sua vida e de evocar vozes a fim de reorganizar sua trajetória no plano da narrativa e, assim, tomar para si a consistência desejável, mas não atingida em tempo: “[...] a experiência vital de cada sujeito é um relato que só pode ser pensado e estruturado como tal se for dissecado na linguagem” (SIBILIA, 2008, p. 32).

Levando em consideração a nossa realidade no Brasil, acreditamos que uma abordagem pelo viés do pensamento decolonial, nos estudos literários, auxiliaria no desenvolvimento do indivíduo leitor, ao estabelecer com realidades estrangeiras, uma conexão de vivências e história em comum. Pois o pensamento decolonial se desprende do idealismo de um único mundo possível, como por exemplo, a supremacia sociocultural ocidental e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para o pensamento do outro.

Diante disso, definimos nossa pergunta diretriz: de que modo se estabelecem os diálogos entre as obras escritas por Carolina, escritora brasileira e Françoise, escritora martinicana? Para responder a essa pergunta traçamos nosso objetivo geral: discutir a escrita de si sob um olhar decolonial e explicar possíveis diálogos entre as autobiografias epistolares *Cartas a uma negra*, da Françoise Ega e *Quarto de despejo* da Carolina Maria de Jesus. Assim, buscamos atender aos três objetivos específicos deste trabalho, a saber: a) analisar o

conceito que abarca a literatura decolonial, especialmente aquela escrita por mulheres negras; b) investigar como o romance epistolar, enquanto gênero, se relaciona com a teoria da escrita de si nas autobiografias; c) comparar as divergências e semelhanças entre as temáticas abordadas e as condições de produção das obras em paralelo à realidade das autoras em prol dos solos sócio-históricos.

Metodologicamente, este trabalho se configura como uma pesquisa de abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007), pois se detém ao estudo pormenorizado de objetos literários demandando uma leitura interpretativa guiada por uma abordagem de enfoques comparatistas (D'ONOFRIO, 1999). A pesquisa configura-se também como documental e bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002, p.46) “as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público”, além de que, continua o autor, “é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura”.

Antonio Carlos Gil afirma que uma pesquisa pode ser definida “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p. 17). Diante disso, essa pesquisa visa desenvolver com comprometimento e responsabilidade as respostas para a questão problema apresentada, a partir de estudos, considerações e conclusões pertinentes aos objetivos estabelecidos.

O interesse em realizar esta pesquisa justifica-se pela pretensão de trazer reflexões sobre negritude e preconceitos, consciência negra, relação entre a cultura africana e brasileira, local da mulher na sociedade e na literatura, temas que merecem destaque nos debates sociais e acadêmicos. Esta pesquisa pode contribuir ainda mais com os estudiosos de literatura comparada, em especial aos estudos de obras de Língua Francesa fora da França em contraponto com uma obra nacional. Estudar essas produções aproximará a comunidade das esferas acadêmicas, promovendo a interação e combatendo a segregação que, durante séculos, tem afastado o conhecimento popular, a comunidade negra e a arte das minorias dos ambientes universitários, lugar que lhes é de direito.

A problemática desta investigação enfoca não só a diversidade cultural, presente na escolha de uma obra da Ilha Martinica, mas também na justaposição de duas escritoras negras que a partir de suas lutas particulares e coletivas propiciam para a sociedade a oportunidade inestimável de se conhecer realidades que talvez não sejam conhecidas por parte de

determinados leitores. Cabe aqui ressaltar que pesquisas como esta podem contribuir para a maior visibilidade de literaturas historicamente consideradas inferiores.

Posto isto, nesta pesquisa tentamos promover visibilidade a essa literatura decolonial, a fim de que o máximo de leitores percebam a importância que ela possui não somente ao explicar discursos sobre o colonialismo, mas também mostrar como essa literatura pode propiciar a formação de cidadãos mais tolerantes e empáticos em prol de conhecerem as múltiplas diversidades que estão interligadas, seja dentro ou fora do Brasil.

Para tanto, o aporte teórico dos estudos sobre literatura comparada fundamenta-se nos pressupostos de Carvalho (1986), Remak (1994) e Wellek (1994). No âmbito dos ideais decoloniais, lançamos mão de Césaire (2020), Pinheiro-Mariz (2022), Bernardino-Costa e Grosfoguel (2020). A fim de suprir as lacunas acerca da literatura escrita por mulheres e negros, nos embasamos em González e Hasenbalg (2022) e Souza (2021). Utilizamos os pensamentos de Lugones (2012) e Kilomba (2019) ao tratar da autoria negra feminina e para a construção do conceito autobiográfico e da escrita de si lançamos mão dos pressupostos de Lejeune (2008) e outros autores.

Como processos metodológicos, inicialmente, a leitura analítica e interpretativa dos objetos de estudo, ancorada nos estudos culturais e análises comparativas. Para melhor estruturar nosso trabalho, optamos por segmentar a pesquisa em três capítulos. O primeiro capítulo da Monografia está focado na apresentação de estudos sobre a literatura decolonial e a literatura escrita por mulheres, posto que essas são as nossas correntes teóricas fundamentais para o alcance dos nossos objetivos. No segundo capítulo, damos enfoque aos estudos acerca do gênero romance epistolar, bem como delineamos as perspectivas da escrita de si na literatura. Por último, o terceiro capítulo trata de explicar as vidas e as obras das autoras estudadas, a fim de estabelecer conexões comparatistas entre os distintos objetos de pesquisa. Finalizamos nossa pesquisa apresentando nossas considerações finais.

De acordo com Candido (2005), a cultura francesa, desde o início do século XIX, exerceu no Brasil um papel formador de cultura. Por esse motivo, compreendemos que a relação entre a França e o Brasil não é recente, o que fomenta ainda mais a necessidade de entendermos as confluências literárias entre essas duas nações através das produções supracitadas, haja vista ser uma visão diversa da comum; isto é, o Brasil, da ótica de Carolina Maria de Jesus, exerce um papel confluyente na produção de Françoise Ega, martiniquense-francesa.

CAPÍTULO I

UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO E A PERSPECTIVA LITERÁRIA DE AUTORIA NEGRA FEMININA COMO NARRATIVAS DECOLONIAIS

Estava tão cansada⁴ que não podia ficar de pé.
Tinha a impressão que ia morrer.
(JESUS, 2014, p. 111)

Estou cansada demais para lhe escrever,
minha amiga Carolina, e desanimada demais também.
(EGA, 2021, p. 153)

*«Pourtant nous sommes de ceux qui disent non à l'ombre.
Nous savons que le salut du monde dépend de nous aussi.
Que la terre a besoin de n'importe lesquels d'entre ses fils.»*
(CÉSAIRE, 1978, p. 6)⁵

⁴ Neste e em outros trechos, mantivemos a escrita ortográfica própria da autora, sem adequação à norma padrão do português brasileiro, visando conferir mais autenticidade e respeito à sua obra.

⁵ “No entanto, nós somos daqueles que dizem não à sombra. Nós sabemos que a salvação do mundo depende de nós também. Que a terra precisa de qualquer um dos seus filhos.” (CÉSAIRE, 1978, p. 6, tradução nossa)

As heranças coloniais, ainda hoje, consistem em práticas e pensamentos advindos de um “ideal” de subalternização dos povos. As mulheres, em especial as mulheres negras, são destinadas, de acordo com o colonialismo, a uma espécie de limbo social. Entretanto, Carolina e Françoise subvertem esses ideais e resistem a tal destino, ainda que estivessem cansadas de viver essa precariedade que lhes foi incumbida, dia após dia, elas disseram não às sombras.

1. Olhar sócio-histórico sobre o colonialismo e o pensamento decolonial

Entender os processos que alicerçam as nossas raízes sócio-históricas é essencial para compreender nosso lugar no mundo, tanto de forma individual quanto de forma coletiva. Quando pensamos em colonização, compreendemos que foi uma prática que se propagou por um longo período histórico. Muitas das delimitações territoriais atuais são consequências desse movimento colonizador que foi praticado exponencialmente por civilizações do continente europeu, posto que desde os séculos passados estas se estabeleceram como superpotências globais. Portanto, estudar o colonialismo é um exercício importante e necessário, pois nos faz entender a realidade em que vivemos.

A colonização é o conceito utilizado como uma forma de identificar um conjunto de práticas adotadas por um governo em relação à determinada região ou população, demarcada principalmente quando existe alguma relação de domínio entre dois povos, no sentido territorial, político, cultural etc. Entretanto, esse domínio exala a barbárie humana na sua forma mais bruta, pois a forma de domínio é sempre agressiva, desrespeitosa e desumana. Césaire (2020) afirma que:

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

É possível perceber que os países dominadores enxergam os países dominados como um campo aberto e vasto a ser explorado, podendo então, de acordo com Césaire (2020), utilizar métodos violentos e sem escrúpulos para afirmar seu valor, atitude que não poderia ser aceita em seus locais de origens. O autor acredita que “ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a

colonização já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida” (CÉSAIRE, 2020, p. 21).

Muito se fala sobre as realizações e progressos que foram alcançados a partir dos movimentos colonizatórios em cada país dominador. Contudo, pouco se discute sobre as sociedades que perderam suas identidades nacionais; ou sobre as culturas que foram inferiorizadas e ainda terras que foram tomadas ou religiões extintas e nem das possibilidades de desenvolvimento sociocultural que não foram possíveis perante essa repressão desumana (CÉSAIRE, 2020).

Quando pensamos na realidade brasileira, o pensamento e as práticas coloniais tiveram o objetivo de extinguir as narrativas dos povos nativos, silenciando qualquer tipo de manifestação advinda dessas populações. Esse movimento foi tão enraizado que até hoje existem grandes barreiras para a discussão de temáticas que valorizem as referências aos povos ancestrais. É fácil perceber que quem decide o que é melhor e mais conveniente para as civilizações do mundo é o homem ocidental, branco, heterossexual e, muitas das vezes, cristão. Porém, é esse mesmo homem que fundamenta as suas decisões, quase sempre, de uma maneira racista, sexista e homofóbica.

Portanto, para pensar a decolonialidade é preciso ressaltar que esta advém do processo de colonização, uma vez que o pensamento decolonial está voltado para o Sul Global (GROSFOGUEL, 2020), espaço historicamente marcado pela colonização; sendo este também espaço de encontros de diferentes culturas. Quando pensamos no decolonial, notamos que esse conceito está ligado à representação de movimentos de resistência dos povos ditos “minoritários” frente aos processos sociais opressores.

Tais movimentos ocasionam na disseminação deste conceito principalmente a partir da década de 1990, quando muitos pesquisadores acadêmicos começaram a deter seus esforços de pesquisas para entender a persistência de alguns problemas sociais, culturais, políticos, econômicos etc, em territórios latino-americanos que compreendem os países que são historicamente marcados pelo processo de colonização mundial na posição de submissão (BALLESTRIN, 2013).

A decolonialidade é um tipo de “atividade (pensamento, giro, opção), de enfrentamento à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade. Esse confronto não é apenas resistência, mas reexistência” (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 34). De acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17), “a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial

do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais”. Nesse sentido, compreendemos que a atividade decolonial surgiu muito antes de sua denominação e conceitualização. Temos, portanto, a decolonialidade não apenas como um objeto teórico utilizado em prol de estudos contra o imperialismo colonial, mas sobretudo como uma prática resistência dos povos originários à violência e exploração do colonizador.

O termo “reexistência” pode ser pensado como as práticas “que permitem aos sujeitos historicamente violentados e discriminados (como negros/as, pobres, homossexuais, indígenas, mulheres) a possibilidade de agência e ressignificação estético-políticas de suas identidades” (AMORIM; SILVA, 2019, p. 173). Dessa forma, Amorim e Silva (2019) abrangem a concepção de reexistência de forma a englobar não apenas os movimentos artísticos afro-diaspóricos⁶, mas também os movimentos gerais de cunho literário que estejam em posição subalternizada.

Diante disso, pode-se dizer que a decolonialidade é um conjunto de movimentos que busca lançar ao mundo as ideias e sofrimentos das pessoas que viveram a experiência de uma colonização, a partir de protestos consistentes contra a violência, seja ela qualquer que seja. Com o foco no preconceito racial, a população mundial, no decorrer dos séculos, projetou na sociedade ideias e atitudes fundamentadas em uma idealização da supremacia branca, que aos poucos está sendo diluída em meio às ações de reexistência.

No que diz respeito ao âmbito das artes, a decolonialidade proporciona a possibilidade de fazer emergir produções que não só considerem as vivências de povos originários e todos aqueles considerados parte das minorias majoritárias, como as valorizem e tratem com verossimilhança esses sujeitos que foram impossibilitados de produzirem suas narrativas pessoais por serem consideradas sem importância.

O projeto decolonial refere-se primordialmente à condição de libertação dos povos subalternizados, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica. Além disso, a ausência de figuras afro e indígena e suas representações estereotipadas reforçam a produção protagonizada por brancos, cujas narrativas trazem suas próprias imagens de forma positiva. Nesse prisma, a decolonialidade contribui para a socialização dos conhecimentos a partir da contribuição dos povos que foram silenciados e subalternizados pelo colonialismo. Para Mignolo (2008), o processo decolonial está relacionado ao “aprender

⁶ O termo afro-diaspórico é compreendido para esta monografia como o conceito de expansão cultural dos povos africanos por meio da diáspora, ou seja, através da migração forçada dos povos africanos para os diversos lugares do mundo.

a desaprender” a história que nos foi contada de forma a ser considerada como única e universal.

Com base nas afirmações de Candido (2010), a literatura é uma expressão e forma de conhecimento que está em constante construção e reconstrução, posto os sujeitos autônomos que a modificam. Portanto, consideramos a literatura como um fator intrínseco à sociedade. O sociólogo afirma ainda que “a literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 177). Esse pensamento se concretiza quando pensamos nas narrativas de cunho decolonial que possuem caráter denunciativo das barbáries do colonialismo.

Maldonado-Torres (2019), nesse contexto sobre a necessidade de novas perspectivas de estudo, considera que “decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 29). Assim, a ideia de decolonial na perspectiva literária, acolhe a leitura das narrativas que descentralizam os sujeitos que sofreram a experiência colonial. Esses textos literários possuem a tendência de predominar a abordagem acerca das vivências e sofrimentos coloniais, numa perspectiva que propicia desenvolver um olhar “descolonizador⁷”, protagonizado por personagens que têm seus corpos racializados, excluídos e colonizados.

Na literatura canônica, o sujeito/personagem negro quando é representado, muitas vezes, assume o papel que não reflete a realidade de suas experiências verídicas, universalmente pensada como uma vida de submissão. Por isso, muitas vezes, esses sujeitos não conseguem visualizar suas vivências na representação desses heróis que são predominantemente escritos por indivíduos brancos, definindo quem pode escrever e quem não pode, o que é literatura canônica e o que não é, a partir de um ideal de branquitude supremacista. Dessa forma, mesmo quando as representações dos sujeitos negros não correspondem a vivências inferiorizadas explicitamente, elas podem revelar o que Gonzalez e Hasenbalg (2022) conceituou como “lugar de negro”, que consiste na ideia de espaços que são destinados à população negra devido a suas habilidades naturais para determinadas atividades. Esse pensamento condiz com o ideal colonialista de que negros nasceram com a função social de se tornarem escravos, submissos, inferiores.

⁷ Compreendemos a existência da discussão que permeia o uso dos diversos termos como decolonialidade, descolonialidade, descolonização, decolonização, etc. Entretanto, optamos por utilizar “decolonialidade” com base na justificativa de Silistino (2018), quando o autor afirma que o prefixo “des” induz um pensamento de dualidade em relação a colonização. Já o prefixo “de” não indica tal possibilidade. Entretanto, ao nos fundamentarmos no pensamento de algum estudioso do tema, podemos fazer uso de qualquer uma das denominações em prol de melhor representar as considerações feitas pelo autor.

Os estudos decoloniais na perspectiva da população afro-diaspórica são pensados de modo mais amplo, a partir dos pensamentos negros que, ao longo da história, resistiu. Notamos que é preciso identificar e enquadrar as narrativas de caráter dominante que imperam no cotidiano, de modo a evitar a propagação de pensamentos e ideias colonialistas para as gerações atuais e futuras. Com isso, notamos a importância da escrita como um meio para a criação de uma memória que possa redefinir a negritude, demonstrando seus processos de re(existência).

Optamos, então, por pensar a decolonialidade nesse contexto de mais de 500 anos de luta desses povos subalternizados pelo processo histórico colonial, pois segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), é necessário trazer para um plano de evidência a luta política desses grupos silenciados historicamente. Pois assumir uma atitude decolonial é questionar e buscar desconstruir e/ou modificar “padrões coloniais do ser, do saber e do poder” Maldonado-Torres (2016, p.88), de modo a romper a reprodução de ideais que foram forjados no período colonial que ainda hoje se apresentam como verdades universais, sem qualquer concessão ao pensamento crítico que forneça a clareza dos enunciados em discursos coloniais. Nesse sentido, é a partir da necessidade de promover evidência aos estudos decoloniais que podemos entender as experiências do que o autor chama de ser e estar negro(a).

Após tanto tempo de colonização, é possível dizer, de acordo com Grosfoguel (2016) que todo pensamento está dentro de uma perspectiva da modernidade eurocêntrica, pois tudo já foi afetado. No entanto, isso não implica afirmar que cada tradição ou prática dos povos subalternizados, indígenas, negros, mulheres, afrodescentes etc, está absolutamente presa a esses ideais colonialistas. Segundo o autor existe sempre uma saída para esse projeto epistemológico ocidental. Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 19) quando se trata desse projeto decolonial, devemos pensar as fronteiras não apenas como espaços nos quais as diferenças são ressignificadas, mas essas fronteiras são também os locais de enunciações que os sujeitos subalternizados formulam seus conhecimentos ou experiências.

Ramón Grosfoguel (2019) postula que é o “sistema-mundo moderno capitalista” que constrói essa hierarquização e centralização do homem branco heterossexual como supremacista das relações de poder em detrimento de outros gêneros, raças ou orientações sexuais. Dessa maneira, esses sujeitos tornam-se privilegiados de modo classificatório e discriminatório, além de violento contra os povos e pessoas menos características desse padrão pré-estabelecido.

Nesse sentido, as sociedades contemporâneas ocidentais, moldadas pelo histórico do poder colonial dos continentes europeus e norte-americanos, sustentam essas práticas violentas e discursos subalternizantes de gênero, classe, raça, entre outras, e dessa forma tentam justificar esses ideais principalmente em relação às mulheres, que são, comumente, muito mais inferiorizadas dentro desse panorama preconceituoso.

O cerne de nossa pesquisa direciona os olhares para as mulheres negras, de modo a propiciar, pois todo foco de poder dominante é originado em estratégias de subalternização que trazem à tona pensamentos coloniais ainda na atualidade. Logo, tentamos propiciar a quebra de silêncio desses sujeitos que foram oprimidos pela colonização. Nessa linha de pensamento, pensamos a luta negra feminina como forma de empoderamento e difusão do pensamento decolonialista em uma sociedade ainda sexista.

2. A reexistência afrodescendente: perspectivas sobre a literatura negra feminina

A literatura feita por negros, principalmente por escritoras negras, não possui ainda, muita valorização dentro do cânone brasileiro. Como discutido no tópico anterior, existe o silenciamento de figuras negras em meio a literatura canônica, que propicia a fomentação de pensamentos e práticas coloniais ainda na contemporaneidade. Por isso, consideramos, juntamente com os estudos de Pinheiro-Carvalho, Pinheiro-Menegon e Pinheiro-Mariz (2022), que os escritos dessas autoras (negras) têm o poder de subverter a realidade colonial ainda tão presente na contemporaneidade, já que questionam enfaticamente os valores colonialistas.

Nessa perspectiva, notamos o quanto é importante estudar e disseminar as vozes de personalidades negras femininas, visando promover a desconstrução de uma representação estereotipada da negritude, em especial no meio literário. Ainda, acreditamos que obras que retratam a realidade afrodescendente possibilitam múltiplas reflexões acerca de uma literatura que possa ser pensada com caráter decolonial, difundido esse pensamento de forma coerente e ética para os indivíduos.

Pensamos que é necessário ressaltar que, os grupos considerados supremacistas, possuem uma tendência a categorizar os povos que julgam subalternizados, a fim de colocar as pessoas que compõem esse quadro em posições contrárias com indivíduos do seu próprio grupo, de forma a favorecer a manutenção das suas posições de poder. Com base nessas considerações, compreendemos que a escrita das mulheres negras na literatura vem em

contraposição ao histórico de estereótipos, fomentados por um processo colonialista desde o período escravista, que deram vida às representações das populações negras ao longo dos últimos séculos.

A literatura negra feminina⁸, em prol dos ideais decoloniais participa dos esforços de autodefinição dos povos. As escritoras negras nos auxiliam a entender as marcas da colonialidade, promovendo a perda da exclusividade de uma visão eurocêntrica, inclusive na literatura, “abrindo espaço para outras vozes e outras histórias, muitas vezes dissonantes” (BHABHA, 1998, p. 24).

Os textos literários produzidos por mulheres negras fazem críticas ao silenciamento imposto a elas e questionam a cultura ocidental e tradicional, que se figura como um discurso falocêntrico⁹. Portanto, percebemos o desejo de buscar uma voz própria. Há, por isso, em vozes literárias femininas, esforços no sentido de afirmarem-se como escritoras. A literatura feminina negra, nesse contexto, se destaca pelas enunciadoras, ou seja, por “quem escreve”, visto que são sujeitos que vivem em situações adversas por serem mulheres, afirmando-se como possibilidade de serem uma voz mediante as realidades vividas pelas mulheres, bem como uma resposta resistente aos procedimentos de apagamentos, ao qual foram subjugadas por eras.

Certamente, vale ressaltar que a literatura feminina negra não possui a pretensão de se sobrepor àquela produzida pelos homens ou por mulheres brancas, mas pretende sim, através de suas temáticas e representações de personagens femininas, construídas pelos desejos de se tornarem serem autônomos, política e culturalmente conquistar o espaço social que lhes pertencem. Desse modo, é uma textualidade que se pretende “transgressora” e revolucionária, uma vez que almeja quebrar com tramas opressivas e de aprisionamentos do pensamento masculino, já estabelecidos pelas concepções de mundo e pelas relações de poder.

Como se sabe, a literatura negra não faz parte do cânone literário, portanto, é preciso identificar a posição social que é imposta atualmente aos escritores e escritoras negras, de modo a perpetuar uma cultura de silenciamento dentro do âmbito artístico. Existe atualmente o que Ribeiro (2019) em sua obra *Lugar de fala* conceituou como colonialismo do conhecimento, com isso a autora afirma que:

⁸ Não são poucos os debates que circulam em torno das denominadas “literatura de autoria feminina”, “escritura feminina”, “literatura de mulheres” e “literatura feminina/feminista”, entretanto, não fazemos juízo de valor quanto às possibilidades de termos.

⁹ Aquele que defende a superioridade masculina.

para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas (RIBEIRO, 2019, p. 28)

Djamila Ribeiro (2019) propõe uma reflexão sobre o lugar de fala afro descendente e feminino, que envolve a ideia de que as mulheres negras foram pensadas historicamente ligadas de forma direta ao corpo, nunca ao pensar, logo, a mulher negra não é pensada como indivíduo único e social, mas sim como uma contraposição ao homem branco.

Quando pensamos no privilégio de um grupo social em detrimento de outros, estamos perpetuando uma prática colonial que visa extinguir a identidade social de grupos considerados subalternizados. Dessa forma, é preciso despertar nossos olhares para melhor compreendermos a relevância de escutar os grupos sociais que ainda são considerados por muitos como subalternizados. Não consiste apenas em autores diversos falando sobre essas identidades, é preciso que as pessoas que a constituem discutem esses temas. Pois a discussão acerca do que é devido ou não se pretende muito mais verídica partindo daqueles que sofreram com o colonialismo e que ainda sofrem com esse epistemicídio velado.

Para a filósofa Lugones (2012), a decolonialidade se manifesta nas ideias de teorias feministas do século XX, pois são ideias universalizadas de emancipação da mulher, sem se preocupar com as diferenças e desigualdades sociais, políticas, históricas ou culturais, entre as mulheres brancas, as mulheres negras, latinas, indígenas, entre outras. Entendemos que existem diferenças consideráveis quando pensamos no que é destinado à mulher branca e o que é, comumente, destinado às mulheres negras, foco desta monografia. Contudo, concordamos com a filósofa por se tratar de uma perspectiva que busca englobar o feminismo sob uma visão plural, sem acentuar as distinções entre as mulheres que constroem esse movimento.

Nessa linha de pensamento, lançamos mão dos pressupostos de Françoise Vergès (2020) que nos mostra o papel do feminismo decolonial nessa luta contra o colonialismo moderno, ao afirmar que este é “a despatriarcalização das lutas revolucionárias, em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência” (VERGÈS, 2020, p. 35-36), com isso, temos a mulher no centro das lutas sociais; logo, conseguimos desmonopolizar esse papel da mão dos homens.

É de conhecimento histórico a luta global das mulheres em prol das conquistas de seus direitos nos diversos meios sociais, entretanto, a mulher branca, segundo Beauvoir (1980), é o

“outro” por não ser homem, mas a mulher negra é o “outro do outro” de acordo com Kilomba (2019), estando ainda mais abaixo no pensamento hierárquico social. A autora continua ainda explanando que “as mulheres negras foram postas em vários discursos que deturpam a própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca” (KILOMBA, 2019, p. 56), de modo a não existir um lugar de posicionamento considerado por todos para esses sujeitos femininos afrodescendentes.

Deste “não-lugar” ou como afirma a autora deste “espaço vazio” que se coloca à margem do grupo social definido pela raça ou pelo gênero, existe essa posição de “terceiro espaço” que é destinado às mulheres negras. Estas habitam uma espécie de limbo ou vácuo, que se constrói em meio a múltiplos processos de apagamento e silenciamento, sustentando-se pela polarização de mulheres de um lado e negros do outro, deixando as mulheres negras no meio desse embate de raça e de sexo.

Kilomba ressalta ainda que as narrativas separadas desses grupos podem fomentar a manutenção da invisibilidade das mulheres negras nos diversos espaços de discussão. (Kilomba, 2019, pp. 97-98) Portanto, não é coerente para as mulheres negras tentar segregar a compreensão de gênero e raça, porque a separação aumenta o apagamento das necessidades das mulheres negras se comparadas aos homens negros e às mulheres brancas.

A autora brasileira Conceição Evaristo (2009) faz uma consideração importante a respeito da escrita de diferenciação entre o lugar da mulher branca e da mulher negra, do homem negro e da mulher negra:

As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade - às vezes, só simbolicamente, reconheço - frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. (EVARISTO, 2009, 17-18)

Concordamos com Evaristo quanto às aproximações e aos distanciamentos da realidade das mulheres negras com os homens negros em contraponto as mulheres brancas. É notório, diante dos conhecimentos sociais e históricos, que as experiências vivenciadas por homens negros se assemelham às experienciadas pelas negras, como por exemplo a realidade escravocrata. Ainda assim, não é possível dizer que as construções sociais para os dois gêneros foram fundadas com os mesmos pressupostos. Enquanto para o público feminino

eram destinadas tarefas como cozinhar, lavar e cuidar das crianças, sem contar, os prazeres sexuais que lhes eram obrigadas a ofertar, os homens eram incumbidos de trabalho distintos, como os trabalhos nos engenhos e de força braçal mais acentuada. Infelizmente, podemos enxergar essa realidade ainda nos dias atuais.

Já as mulheres brancas, apesar de sofrerem as misóginas práticas que existiam no período colonial e ainda se perpetuam na contemporaneidade, em muitos casos a questão racial se sobrepõe a de gênero, concedendo para essas mulheres uma perspectiva de superioridade quando pensam as mulheres negras. Por estar em uma posição hierárquica acima, é possível que as primeiras causem danos opressivos às segundas, a fim de se estabelecerem socialmente como sendo diferentes daquelas que estão colonizando. Dessa forma, é difícil dizer até que ponto o gênero une os indivíduos pertencentes a este grupo quando outra questão, nesse caso a racial, se interpõe nessas relações.

A filósofa Iris Marion Young, em seu livro sobre inclusão e democracia publicado nos anos 2000, com capítulos traduzidos em 2006 pela editora Lua Nova, afirma que ser negro em uma sociedade que se entende e se orgulha do racismo não significa ser diferente, mas agir diferente, com outras perspectivas e experiências de vida. Na criação da imagem do negro na literatura, foi-lhe atribuída uma ideia simbólica negativa, construída e fomentada por homens brancos. Quando se trata da mulher negra a situação é muito mais degradante. Para a mulher negra foi reservado um espaço de subalternidade ainda mais inferior, responsável por extinguir qualquer possibilidade de exercer sua subjetividade.

Por essa razão, em concordância com Carneiro (2019), acreditamos que um feminismo negro, que nasce em meio a um contexto social miscigenado/multirracial, apresentando diversidades incontáveis de cultura, atua contra o preconceito em papel de fonte principal de articulação sobre as relações não só raciais, mas de gênero também. Logo, “esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as condições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição do ser mulher negra.” (CARNEIRO, 2019, p. 315).

O lugar tradicionalmente reservado à mulher negra na sociedade e, conseqüentemente, na literatura, legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento (SPIVAK, 2010), mas com a produção literária de autoria feminina negra ganhando cada vez mais espaço, as personagens ganharam o direito à voz, tornando-se as próprias narradoras de suas histórias, sejam elas autoficcional, biográficas ou ficcionais, que então, passaram a representar experiências de mulheres negras que se afastam da perspectiva masculina. As práticas

enunciativas desenvolvidas a partir da perspectiva da mulher carregam consigo novas formas de avaliar os papéis dos gêneros naturalizados pelas culturas tradicionalistas e patriarcais ao longo da história.

As escritoras negras buscam escrever imagens de autorrepresentação, na tentativa de criar uma literatura em que a existência da mulher negra deixa de ser apenas o corpo que pertence ao “outro”, para se impor como sujeito, através de sua própria subjetividade experienciada por ser mulher negra. Podemos dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca abrigar todas as lutas, de modo a tomar para si o lugar da escrita como direito, assim como toma para si o direito sobre sua própria vida (EVARISTO, 2005, p. 54). A escrita de autoria feminina negra faz isso, parte de sua vivência, reflete o mundo, a vida, a realidade, a partir de seu olhar e experiência de mulher preta.

É preciso existir, em contraponto ao projeto de colonização, um projeto de literatura de ressignificação do negro, que possa quebrar a narrativa de inferiorização e animalização desse ser que ainda hoje é visto como selvagem. Ao se diferenciarem da escrita de autores brancos, muitas mulheres negras, segundo Santiago (2012, p. 165-166) “criam vozes ficcionais e poéticas empoderadas e armadas para o exercício e a conquista de liberdade e de equidade”.

Por essa razão, ao nosso olhar e por se tratar de uma região de uma temática crucial para a descentralização do poder hegemônico literário, acreditamos que estudar a literatura feminina negra sob uma perspectiva decolonial, é, por assim dizer, um caminho altamente eficaz para desenvolver esse movimento em meio ao mundo globalizado. Pois, ao se verificar a produção literária de escrita feminina negra é surpreendente observar a forte essência de luta e reexistência que essas autoras transpassam em suas obras, fato este que justifica também o nosso interesse em aprofundar as nossas pesquisas.

Tal interesse fez-nos afunilar esta pesquisa, no capítulo que segue, sobre a literatura de cunho epistolar que tratam sobre a escrita de si das autoras e as memórias presentes nessas obras, buscando aprofundar ainda mais o estudo realizado neste capítulo atual, a fim de, posteriormente, realizar a análise de obras que sintetizam o corpus de nossa pesquisa e anseiam o alcance dos nossos objetivos. Nessa esteira, acreditamos que essas obras pelo viés decolonial podem levar os meios literários a propagarem um pensamento de libertação e de representação verídica das mulheres negras.

CAPÍTULO II

ROMANCES EPISTOLARES: UMA LITERATURA DE VIVÊNCIAS E A ESCRITA DE SI DE FORMA AUTOBIOGRÁFICA

“De que adianta escrever?
Fecho uma janela em meus pensamentos,
outra se abre, e a vejo curvada, na favela.”
(EGA, 2021, p. 8)

“É preciso criar este ambiente de fantasia,
para esquecer que estou na favela.”
(JESUS, 2014, p. 58)

A escrita, seja de gêneros epistolares ou não, é sempre um ato intimista e singular através do qual o(a) autor(a) possui de enxergar o mundo. Nas narrativas das duas obras notamos uma conexão de irmandade muito bem estabelecida por Ega. Embora Carolina não soubesse de sua existência, isso não era necessário, pois assim como sua própria escrita lhe permitia uma fuga da realidade hostil que vivenciava na favela do Canindé, a sua escrita também permitiu à Françoise, em consequência, a reflexão das realidades que lhe eram semelhantes, ainda que tão distantes geograficamente.

1. Escrita de si e a posição de autoria

Sabemos que há na literatura contemporânea uma discussão acerca dos limites que permeiam o que é fato e o que é ficção, pois apesar de existirem conceitos bem delineados, muitos autores fazem uso de estratégias que tornam esses limites confusos para o leitor, de modo que não conseguimos distinguir o que vem a ser real ou ficcional. O século XIX trouxe consigo o grande *boom* das biografias e autobiografias (GOMES, 2004), o que implica dizer que o sujeito encontrou nas narrativas em primeira pessoa um meio de solidificar sua história, aproximando de si acontecimentos antes vividos e que sua memória permite-lhe reconstituir.

Ressalte-se que há alguns conceitos importantes relacionados à noção teórica da autobiografia, por esse motivo, faremos uma breve reflexão acerca das considerações de alguns estudiosos dessa temática; e, posteriormente, discutiremos sobre o nosso ponto central que é a escrita de si. A escrita de si é um termo que caracteriza a narrativa em que um narrador em primeira pessoa se identifica explicitamente como o autor biográfico e se delinea como um exercício literário típico da modernidade. Esse narrar a si próprio é denominado por Gomes (2004) como “escrita de si”, segundo ela, uma prática que tem início já no século XVIII, “[...] quando indivíduos comuns passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (GOMES, 2004, p. 10-11).

De acordo com Lejeune (2002), a autobiografia fundamenta-se na estética da verdade e na eficácia da transmissão de uma experiência vivida. Ou seja, a escrita autobiográfica se constitui como um gênero literário capaz de transpassar através dos textos os relatos de uma vivência de modo a transpor para o leitor ou destinatário percepções semelhantes às alcançadas durante o acontecimento pelo próprio emissor.

A escrita de si pode ser compreendida também como um modo de escrita terapêutica, onde o autor faz uma reflexão sobre sua própria existência e da sua relação com o outro. Anna

Faedrich (2015) faz uma abordagem sobre a escrita de si como terapia, ela afirma que escrever sobre si mesmo é como “desnudar-se para se enxergar e se entender melhor”, pois apenas aqueles que se distanciam do ponto em questão podem de fato enxergar o problema em sua completude. (FAEDRICH, 2015, p. 55).

Nesse sentido, escrever serve como uma possível forma de alívio, já que, embora seja difícil trazer à tona algumas experiências dolorosas, transpor para o papel uma memória em forma de relato, pode auxiliar no expurgo dessa dor. Consideramos então, a escrita de si como meio de eternizar as histórias individuais ou em grupo dos sujeitos. Ainda que essas narrativas sejam preenchidas por acontecimentos considerados comuns, entendemos que esses indivíduos não precisam realizar um grande feito em nome de uma nação, mas eles apresentam incontáveis situações nas quais precisam passar por uma vida de acontecimentos em nome de sua própria sobrevivência. Por esse fator, acreditamos que a contemporaneidade fomenta a escrita de si a partir do momento em que valoriza o indivíduo em seu anonimato, em seu cotidiano não menos importante que o cotidiano dos ditos grandes homens.

Sumariamente, essa escolha literária, é aquela em que o sujeito escritor aborda a sua própria história como temática de seus escritos. No entanto, ao concretizar-se no plano de uma narrativa, esse sujeito trará consigo, também, o espaço em que se insere, bem como os grupos sociais aos quais pertence. Logo, uma escrita de si não pode ser considerada a história de um sujeito isolado ou neutro, conforme se pode ler em: “o diálogo entre os dois constitui uma oportunidade para se ‘ler e sentir’ o movimento modernista sob outros ângulos” (GOMES, 2004, p. 07). A mesma pesquisadora reafirma que a escrita de si: “[...] assume a subjetividade de seu autor com dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a sua verdade” (GOMES, 2004, p.14), logo, ao escrever um texto completamente em primeira pessoa, o sujeito escritor busca um efeito de veracidade, sob aquele que lê o seu texto, por meio do qual possui a intenção de revelar suas dimensões mais íntimas instituindo, dessa forma, legitimidade completa ao seu texto.

Outra consideração interessante, que ela apresenta, diz respeito ao que denomina como “estatuto da escrita de si”, no qual pomos em cheque a relação direta entre o texto e o seu autor. A autora questiona se o texto é uma representação do seu autor ou se o autor é um sujeito criado pelo próprio texto. Contudo, consideramos que o autor não é anterior e nem posterior ao seu texto, defendemos que essa construção é feita de forma completamente simultânea.

Já Sibília (2008) afirma que existe um “efeito-sujeito”, que apenas pode ser alcançado no momento em que o indivíduo se desprende da sua própria realidade e se transpõe para a esfera da narrativa. A linguagem utilizada para construção de uma narrativa que se constitui como escrita de si não significa apenas dizer que a história fala do mesmo sujeito que a narra, mas além disso, existe, a partir dessa escrita, a possibilidade de colocar em ordem a sua vida e de evocar vozes a fim de reorganizar sua trajetória no plano narrativo e, dessa maneira, fazer surgir a consistência desejável, mas não atingida em tempo real.

Nesse prisma, num contexto contemporâneo, a escrita de si emerge como a narrativa do eu, em uma tentativa de recuperar e fixar a imagem de um sujeito que se entende coeso e constante. Pois no caos das sociedades contemporâneas, a escrita de si sinaliza uma maneira de organização da ideia de um eu pós-moderno, descentrado, fragmentado, que pode vir a possuir identidades múltiplas, de modo a também registrar a experiência fugaz do cotidiano, ou seja, a escrita da própria vida insiste na permanência, na fixação do efêmero.

Dessa maneira, esse gênero narrativo não só testemunha, mas também organiza e concede realidade às experiências. Essas narrativas tecem a vida do eu e, de alguma maneira, a realizam. Outro aspecto relevante da escrita de si é quanto à motivação de um indivíduo para registrar sua vida ou, pelo menos, uma parte dela. Isso conduz a um questionamento sobre as razões do ato de escrever sobre si próprio.

A autobiografia seria, então, o produto de toda essa produção que fundamenta a escrita de si, na medida em que, como as cartas e os diários, operam com uma forma de subjetivar o eu que fala, que se oferece ao olhar do outro ao mesmo tempo em que olha para si mesmo. Focamos em situar a escrita de si no âmbito literário epistolar, discutindo como o relato de uma vida pode auxiliar o sujeito que narra a si mesmo na busca fundamental de sua vida, que por vezes, consiste em dar sentido à própria existência, fixar sua identidade e garantir sua permanência nos múltiplos cenários. Escrever é, portanto, para esses sujeitos que se configuram no momento da escrita, como autores, conferir significado à sua própria vida, de modo a eternizar e modificar aquilo que julgam necessário para sua resistência.

2. Autobiografias: o sujeito-autor-personagem nas narrativas

A escrita autobiográfica, da forma como a entendemos hoje, é uma invenção do homem moderno, para quem a narrativa de um ponto de vista individual está inserida em um

contexto universal bem mais amplo e o objetivo desse texto escrito é expressar, da forma mais íntegra possível, uma verdade subjetiva. Mas, apesar de ser uma invenção do homem moderno, os seus fundamentos foram forjados ao longo da história da literatura ocidental. A narrativa centrada no sujeito que a escreve parece ser a atualização do "indivíduo moderno" no espaço da literatura, reservada aos autores que buscam um gênero literário específico que os permitam expressar sua unidade e autonomia.

Ainda que tenhamos segmentado essas duas perspectivas: autobiografia e escrita de si, não temos a intenção de promover ampla discussão acerca das nomenclaturas, mas sim visamos abarcar as singularidades atribuídas a cada um desses conceitos de modo a propiciar uma visão mais condensada das obras. Autobiografia, escritas do eu, escritas de si, autoficção, auto-representação, são ideias diversas para (mais ou menos) os mesmos fatos literários, o escrever da própria vida que entendemos, nesta pesquisa, como formas de relatos.

E é fundamental escrevê-la tão autenticamente quanto possível, de tal forma que o leitor possa entender o relato como uma verdade, pois como afirmou Lejeune (2002, p.41), “A autobiografia inscreve-se tanto no campo do conhecimento histórico [...] como na área da criação artística”, ou seja, a autobiografia é história de vida e literatura.

A autobiografia enquanto gênero literário consiste em um relato retrospectivo que a própria pessoa faz de sua vida, ou seja, o autor-narrador personagem tem um papel de destaque nos acontecimentos, seja no tempo passado, seja no tempo presente. Quando pensamos na recepção desse gênero, compreendemos que o leitor de uma autobiografia, pode, através dela, se identificar com as experiências do outro e, a partir daí, ampliar a percepção que tem de determinado universo cultural, refletir sobre a realidade à sua volta e, principalmente, sobre si mesmo.

Philippe Lejeune define autobiografia como “qualquer texto em que o autor parece expressar sua vida ou seus sentimentos, quaisquer que sejam a forma do texto e o contrato proposto por ele” (LEJEUNE, 2008, p. 53). Para ele, quem decidirá qual é a intenção do autor se ela for implícita é o leitor. Ainda diz, citando Valpère (1876), que “a autobiografia abre um grande espaço à fantasia e quem a escreve não é absolutamente obrigado a ser exato quanto aos fatos, como nas memórias, ou a dizer toda a verdade, como nas confissões” (LEJEUNE, 2008, p. 54).

Outra visão igualmente importante de ser considerada é a de Walter Benjamin, ao declarar que nem tudo que uma pessoa decide escrever sobre si mesma pode ser considerado uma autobiografia, ao afirmar que lembranças, ainda que sejam desenvolvidas para comporem

o plano narrativo, não representam necessariamente uma autobiografia “pois a autobiografia tem a ver com o tempo, com o desenrolar e com aquilo que constitui o fluxo da vida” (BENJAMIN, 1974 *apud* SELIGMANN SILVA, 2003, p. 405).

Os textos autobiográficos constituem uma narrativa de caráter pessoal e uma de suas características mais significativas é a inserção do próprio escritor como personagem principal, como dito anteriormente. Precisamos salientar que uma autobiografia não possui nenhum contrato em suprir necessidades e questionamentos históricos, pois a narrativa comumente apresenta lembranças baseadas em uma realidade subjetiva do indivíduo, que podem ser compostas por acontecimentos misturados à ficção. Por isso, as autobiografias podem assumir diversos formatos como diários, memórias, poemas, músicas, roteiros, cartas, entre outros.

É importante destacar que a verdade apresentada nas obras é de caráter completamente individual e íntima do autor. A autobiografia não deve, contudo, ser analisada apenas da perspectiva individual. Ela é um gênero que propõe a integração coletiva porque ao narrar a sua história o indivíduo partilha com a sua comunidade, e com as outras, as suas impressões e a sua visão de mundo, permitindo ao leitor ter acesso a outras múltiplas considerações da vida.

Nas autobiografias, o narrador comumente se coloca no tempo presente, pois a escrita é geralmente gradual e cotidiana, mas ao olhar para trás tenta trazer aspectos do seu passado para a narrativa, o autor apresenta aos seus leitores momentos que não podem ser completamente restabelecidos, se tornaram fluidos com o tempo e passíveis de alterações conscientes ou não, isto é, mesmo que escritor queira transpassar em sua escrita a realidade exatamente como ela foi, no momento em que o sujeito autor se põe a escrever, isso já não é mais possível, afinal as experiências vividas são inapreensíveis. Essa é uma das características primordiais dos gêneros literários epistolares.

3. Romances epistolares enquanto gênero de vivências

Os romances epistolares¹⁰ possuem características e formatações particulares que podem estar ou não sujeitas aos critérios estéticos do(a) autor(a). Esse gênero foi criado com o suporte de recursos literários que permitem a elaboração de uma narrativa, geralmente por meio de cartas e/ou diários. A intenção deste procedimento técnico é promover maior

¹⁰ O termo ‘epistolar’ provém do idioma latino, de ‘*epistoláris*’, e possui o sentido de carta.

veracidade ao enredo, objetivo atingido de forma contundente em ambas as produções. As obras *Quarto de despejo* e *Cartas a uma negra* se configuram como epistolário¹¹.

O romance epistolar, consagrado enquanto gênero literário, surge, de fato, no Século XVII e se expande ao longo do XVIII, demonstrando forte apelo ao diálogo durante a escrita, fator que pressupõe a ausência do outro, nesse caso, possivelmente um destinatário, característica própria do gênero epistolar, moldado a esse novo sujeito que se estabelece como autor. Na literatura epistolar, a voz em primeira pessoa constantemente se mistura à terceira pessoa, pressuposta na leitura do e pelo outro, figura ausente na obra, mas que se faz extremamente importante para as construções de sentido no ato de ler.

Ainda que esse gênero possa lançar mão dos pressupostos pela literatura memorialista, que costuma trabalhar dinamicamente com as mudanças temporais do narrador/autor entre presente, passado e talvez até futuro, sem necessariamente esclarecer o momento relatado, o romance epistolar possui maior tendência a identificar os planos de tempo. Esse método pode facilitar a cronologia dos fatos por parte não só do leitor, mas do próprio autor.

Os autores e autoras de produções desse gênero, geralmente ficam imersos no tempo presente e tendem a não evidenciar o tempo futuro, pois podem contar a história ao mesmo tempo em que estão experienciando esses acontecimentos narrados. Nas reflexões expostas nas *Cartas persas*, Montesquieu (1991) atribui o sucesso do romance epistolar ao fato de ele ter a capacidade de suprimir as distâncias entre autor e leitor, além de mergulhar o leitor nas paixões e angústias das personagens, fazendo-os experimentar diante desse tipo de romance uma tensão semelhante à do espectador de teatro.

Nesse sentido, percebemos que é promovida uma conexão mais profunda e intimista na construção do relacionamento entre autor-texto-leitor. Dessa maneira, consideramos que, a escrita de cartas e/ou diários que abarque consigo histórias pessoais ou vivências conhecidas por parte do autor, possui maior impacto verídico no momento da leitura. Registrar o que acontece na vida cotidiana em diários íntimos tem sido uma prática universal. Esses relatos pessoais revelam experiências individuais e coletivas que, quando são passadas de documentos privados a públicos, podem indicar aos leitores alguns aspectos históricos e sociais vistos por meio de outros “olhos”: os da subjetividade.

Os diários, por exemplo, que ao longo dos anos vêm sendo considerados como arquivos pela história, auxiliam na (re)configuração do passado, pois são compostos por “uma multiplicidade de histórias parciais, de cronologias heterogêneas e de relatos contraditórios”

¹¹ Conjunto de cartas ou diários que se constituem em uma obra literária.

(COMPAGNON, 2012, p. 219). Ao resgatá-los e/ou publicá-los, há uma (re)construção da identidade de certa comunidade, tendo em vista que ela é constituída por muitas versões da história, é mutável, inconstante e formada de acordo com as “estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2005, p. 51). Ou seja, nunca estão finalizadas.

De acordo com o Dicionário de termos literários, de Massaud Moisés (2004, p. 121), um diário narra “desde os episódios políticos até a pura introspecção, passando pelo registro crítico dos cenários e das peripécias que as viagens propiciam, ou pelos embates da vida literária”. É, portanto, um gênero híbrido: pode ser um discurso puramente histórico ou não conter nada de história, bem como ser um texto puramente literário, ou os dois em apenas um. Ou melhor, o diário pode conter tudo: fatos históricos, política, autobiografia, ficção, cartas, fotos. Sendo assim, na escritura de um diário não há regras: são permitidas as digressões, os devaneios, as reflexões e até os espaços em branco. Pode-se escrever sobre tudo o que quiser, na sequência que convier. No entanto, uma única regra parece ser a essencial: a noção de tempo. Como afirma Blanchot (2005):

O diário íntimo, que parece tão livre de forma, tão dócil aos movimentos da vida e capaz de todas as liberdades, já que pensamentos, sonhos, ficções, comentários de si mesmo, acontecimentos importantes, insignificantes, tudo lhe convém, na ordem e na desordem que se quiser, é submetido a uma cláusula aparentemente leve, mas perigosa: deve respeitar o calendário. Esse é o pacto que ele assina. (BLANCHOT, 2005, p. 270)

Além de auxiliar na formação identitária de um grupo social e de ser uma peça do quebra-cabeça na construção dessa história, o diário é também um importante instrumento de conhecimento das angústias e expectativas de um povo em um dado momento. Isso porque essa escrita revela uma percepção do autor-narrador sobre seu entorno, que “corresponde às estruturas profundas de uma visão de mundo, a uma consciência de si e a uma consciência do mundo através dessa consciência de si” (COMPAGNON, 2012, p. 65).

Em um romance epistolar, a caracterização das personagens se faz pela linguagem, por aquilo que elas dizem e como dizem. A caracterização física pode ocorrer durante a obra, mas não é exatamente intencional que o leitor obtenha conhecimento sobre essas características. Muitas das vezes o autor está em um momento reflexivo de introspecção, ou relatando as suas impressões sobre o olhar de outros que o rodeiam. Por esse motivo, também, é possível dizer que o escritor encontra no gênero epistolar uma maneira de mostra-se ao mundo, de

evidenciar as mais distintas realidades que o circunda, de modo a tornar esse texto muito mais do que apenas uma escrita e sim uma forma de manifestação subjetiva do seu próprio eu.

Para Moraes (2007, p. 8), os escritos epistolares enquanto objeto cultural, “nos remete ao suporte e a seus significados, assim como à história das condições materiais da troca epistolar, prestando-se também à transfiguração artística, a fetiches e à exploração econômica”. Enquanto ato, afirma o autor que as cartas, por exemplo “no campo semântico da representação teatral” coloca “personagens” em “cena”, pois o “remetente assume “papéis”, ajusta “máscaras” em seu rosto, reinventando-se diante de seus destinatários/leitores como objetivos afetivos ou práticos definidos”. Afirma ainda que:

atrai também os olhares das mais diversas áreas do conhecimento, da história à psicologia (e psicanálise), da sociologia e filosofia às artes em geral, das ciências exatas às biológicas, olhares que desejam captar testemunhos e ideologias, fundamentos artísticos e científicos, experiências vividas ou imaginadas. Os estudos culturais privilegiam essa voz da intimidade, atravessada por ideologias. Na teoria e nos estudos literários, a cara/texto tanto pode ser “material auxiliar”, ajudando a compreender melhor a obra e a vida literária, quanto escrita que valoriza a função estética/poética; ou, ainda, “texto literário” nas paragens do romance epistolar (MORAES, 2007, p. 8-9).

Escrever uma narrativa epistolar constitui uma experiência que vai além da mera descrição espacial/temporal. Consiste em um processo que ultrapassa os limites das descrições e adentra o detalhamento de perspectivas sensoriais, de forma a moldar pensamentos que podem ou não culminar em determinadas ações. É possível até conceder conselhos para os seus interlocutores. Dessa maneira conseguimos formular em nossas mentes enquanto lemos o processo pelo qual a personagem passou até chegar em uma ação concretizada.

Outra característica muito importante quando tratamos de textos epistolares é a datação que se estende durante toda a obra, pois consideramos, no que se refere ao dia como objeto da narração de si, que é possível, através de cartas e diários, apresentar-se ao correspondente relatando seu cotidiano, pois faz parte da prática epistolar, porque é uma forma de visitar e repensar os acontecimentos do seu dia, numa espécie de reviver tudo aquilo que experienciou.

Segundo Vasconcellos (2008) as narrativas epistolares enquadram-se como “documentos expressivos”, segundo classificação de Robert C. Angell e Ronald Freedman (1974) assim como as biografias, e as autobiografias, as cartas e os diários são considerados os documentos expressivos mais acessíveis, variando de acordo com o ambiente cultural de

seus escritores. Ao serem consideradas documentos, Vasconcellos (2008, p. 381) fomenta que é necessário estar atento quanto a veracidade de tais textos, porque “se deve desconfiar sempre da sinceridade epistolar”.

Ademais, ao ser publicada, deixando completamente o seio da esfera privada, a carta adquire um novo status, segundo Vasconcellos, (2008, p. 381) “este documento que supostamente diz a verdade, este testemunho da esfera do privado passa a ser olhado por todos e a crítica pode agora opinar sobre as informações que ali aparecem representadas”. Contudo, faz uma ressalva de que os autores podem sim mudar de opinião conforme o tempo passe, de modo a gerar novos pontos de vista, fazendo com que as escritas de uma determinada época, devido aos contextos distintos não devessem ser criticadas isoladamente sem essas considerações subjetivas.

Nesse sentido, adotamos a ideia de que a literatura da escrita de si que advém das correspondências pessoais, do sujeito que se identifica autor, pode ser tão transgressiva quanto aquela que visa transpor o limite da própria linguagem, pois, nesse caso específico, trata-se de reinventar a si mesmo através da escrita cotidiana de suas rotinas. Em outras palavras, na escrita de si das cartas pessoais ou dos diários é possível transpor o limite do que somos, ou seja, do espaço intersubjetivo dos escritos epistolares. Portanto, a literatura epistolar pode ser entendida como uma escrita de incompletude, como uma tentativa permanente de desprendimento de si e auto reconstrução incessante.

Para nossa pesquisa, realizaremos a nossa análise sob o manto dos estudos comparados, a fim de entender não só as diferenças e semelhanças entre as obras, que consistem em dois tipos textuais distintos que podem compor a narrativa epistolar, mas compreender ainda as nuances socioculturais e históricas que perpassam as autoras das narrativas que escrevem sobre si mesmas.

CAPÍTULO III

REFLEXÕES COMPARATISTAS: UM GIRO PELAS *CARTAS*, DE FRANÇOISE EGA E OS *DIÁRIOS*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Vejam o sol que entra agora no Quarto de despejo.

Aqueçam-se, irmãos, que a porta está aberta.

Carolina Maria de Jesus achou a chave.

Aqueçam-se!

(DANTAS, In: JESUS, *Quarto de despejo*, 1960, prefácio).

Carolina, sou uma privilegiada,

quando deixar a patroa e seus panos de pó,

tenho um abrigo, uma família à minha espera.

(FRANÇOISE, 2021, p. 40).

No prefácio da primeira edição da obra *Quarto de despejo*, Audálio Dantas escreveu que Carolina Maria de Jesus abriu a porta para que o sol entrasse na favela do Canindé, no Brasil. Esse pensamento corrobora para que tenhamos uma visão de que Carolina foi uma das grandes mulheres que, de fato, abriu portas para que outras escritoras, negras e pobres, pudessem ter espaço no mercado editorial. Françoise, habitante de Marseille, na França, foi uma das muitas pessoas tocadas e motivadas pela brasileira. Condições de vida diferentes, mesmos ideais, essas duas autoras mostraram que as fronteiras não são suficientes para separar duas irmãs de alma.

1. Literatura comparada: uma contextualização necessária

Na época em que os estudos da literatura comparada surgiram, em meados do século XIX, estes possuíam como principal foco pôr em questão a relação entre duas literaturas diferentes, ou tentavam compreender a transição de um elemento literário de um campo a outro. Entretanto, hoje, podemos dizer que a atuação dessa perspectiva literária foi ampliada largamente.

De acordo com Chevrel (2016), o ato de comparação é:

un des modes de fonctionnement de l'esprit humain, indispensable au progrès des connaissances. Il s'agit en effet de prendre ensemble (cum) plusieurs objets ou plusieurs éléments d'un ou de plusieurs objets pour en scruter les degrés de similitude (par), afin d'en tirer des conclusions que l'analyse de chacun d'eux n'avait pas nécessairement permis d'établir, en particulier sur leur part de singularité.¹² (CHEVREL, 2016, p. 3)

Quando pensamos nas considerações propostas por Chevrel, acima, entendemos que comparar é uma atividade que se pode enxergar como necessária à vida humana. É a partir desses métodos comparatistas que conseguimos promover certos progressos nas diversas áreas de conhecimento. No momento em que colocamos em confronto dois objetos ou elementos para analisar, fomentamos a oportunidade de compreender esse mesmo corpus sob uma nova perspectiva e, ao comparar um elemento com o outro, conseguimos destacar com mais precisão as suas singularidades.

¹² [A comparação] é um dos modos de funcionamento do espírito humano, indispensável ao progresso do conhecimento. Na realidade, trata-se de se tomar vários objetos, ou vários elementos para examinar os graus de similaridade, a fim de tirar conclusões de que a análise de cada um deles, separadamente, não tinha necessariamente, permitido estabelecer em particular sobre sua parcela de singularidade. (CHEVREL, 2016, p. 3, tradução nossa)

Considerando que a Literatura Comparada nasceu na França em torno de 1830 (JEUNE, 1994, p. 223), não surpreende que haja hegemonia do pensamento francês nessa área. De acordo com Carvalhal (1986),

O rápido desenvolvimento do comparativismo literário na França foi favorecido pela ruptura com as concepções estáticas e com os juízos formulados em nome de valores reputados intemporais e intocáveis, preconizados pelo historicismo dominante. A difusão da literatura comparada coincide, portanto, com o abandono do predomínio do chamado “gosto clássico”, que cede diante da noção de relatividade, já estimulada. (CARVALHAL, 1986, p. 10).

Paulatinamente, entendemos que a literatura comparada surgiu como uma forma de ir contra o pensamento clássico literário, a fim de apresentar novas concepções e romper com os valores considerados intocáveis pela sociedade dominante. A autora salienta ainda que “o adjetivo comparado”, derivado do latim *comparativos*, já era empregado na Idade Média.” (CARVALHAL, 1986, p. 8). Outro ponto importante para ser lembrado é que o termo

literatura comparada surgiu justamente no período de formação das nações, quando novas fronteiras estavam sendo erigidas e a ampla questão da cultura e identidade nacional estava sendo discutida em toda a Europa. Portanto, desde suas origens, a literatura comparada acha-se em íntima conexão com a política. (NITRINI, 2000, p. 21).

Quando nos deparamos com a expressão “literatura comparada”, não temos dificuldades para entender o que o termo quer dizer, pois nos remetemos a pensar no próprio significado das palavras, já que a palavra literatura entendemos facilmente como textos ou trabalhos literários e o vocábulo comparada significa estabelecer confrontos entre coisas, objetos, literaturas etc. ou para igualar-se a algo ou para competir, concorrer. No entanto, segundo Carvalhal (1986), quando começamos a ter contato com estudos classificados como comparados, entendemos que essa denominação serve apenas para rotular investigações bem variadas, que podem adotar múltiplas metodologias, concedendo aos objetos de análise um campo vasto de atuação.

Inicialmente, esse campo de estudos se configurava, principalmente, a partir do confronto entre obras e aspectos históricos. Porém, fomentou mais indagações do que respostas ao longo de toda a sua trajetória. Ainda hoje podemos perceber que para alguns a literatura comparada possui dificuldades em delimitar as fronteiras do seu objeto de análise, bem como a dificuldade em traçar um percurso consideravelmente claro. Contudo, ainda que esses questionamentos rondem os estudos comparatistas, nos detemos aqui a pensar a

literatura comparada como um meio para pôr em xeque qualquer questão que o pesquisador julgar relevante entre duas ou mais obras, literárias ou não.

Portanto, a comparação é feita, não com um único foco sobre os elementos comparados, mas com a ideia de encontrar as diferenças e as igualdades entre os objetos analisados. Assim, quando o pesquisador escolhe usar o método comparativo como recurso preferencial no estudo crítico de uma determinada obra, essa escolha passa a ser um ponto fundamental de análise, podemos dizer então que a literatura comparada, de acordo com Carvalho (1986, p. 8) “compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e ao alcance dos objetivos a que se propõe”. Sumariamente, a comparação deve ser entendida como um meio para um possível estudo e não um fim interpretativo.

Nesse prisma, a literatura comparada pode ser entendida como a história das relações literárias que transpassam espaços físicos e psicológicos. Aquele que decide entrar no mundo da literatura comparada pode ser entendido como um autor que existe nas fronteiras, sejam elas linguísticas ou espaciais e pode acompanhar seus temas, ideias, interpretações, sentimentos, ou outros aspectos que se tornem viáveis para abarcar as necessidades específicas de suas pesquisas.

O autor, diante da amplitude e da complexidade dos elementos que podem ser estudados, quando assume o papel de estudioso comparatista, deve restringir a uma especialidade, podendo ser de tempo, espaço, tema, autor etc. para que seu objeto de estudo possa determinar as relações entre duas literaturas escolhidas, em um determinado ponto de vista já estabelecido.

Nesse sentido, pensamos nos pressupostos de Remak (1994), posto que, o pensamento do autor afirma que:

a Literatura Comparada é o estudo da literatura além das fronteiras de um país em particular, e o estudo das relações entre literatura de um lado e outras áreas do conhecimento e crença, como as artes (pintura, escultura, arquitetura, música) filosofia, história, as ciências sociais (política, economia, sociologia) as ciências, religiões, etc. de outro. Em suma, é a comparação de uma literatura com outra ou outras, e a comparação da literatura com outras esferas da expressão humana (REMAK, 1994, p. 175).

Diante desse ponto de vista, entendemos a literatura comparada como uma prática de estudos e investigações que, apesar de ter seu foco no objeto literário, pode realizar relações e

confrontos com outras formas de expressão cultural humana. Sendo assim, esse campo de pesquisa possui uma maneira específica de lidar com os objetos de estudo, enxergando-os não como sistemas fechados em si mesmos, mas para além disso, como sistemas interativos com outros textos, sejam eles literários ou não.

Para tanto, pensamos que a literatura comparada fornece uma maneira de ampliar a perspectiva do indivíduo, tanto o sujeito personagem, quanto o sujeito autor ou leitor. É uma forma de refletir sobre os movimentos e tendências literárias entre as mais diversas esferas humanas. Em suma, a Literatura Comparada pode ser o estudo de qualquer fenômeno literário que abrace o ponto de vista de mais de uma literatura. O ato de comparar faz parte da natureza do homem e de sua cultura, por isso, para o ser humano a comparação tornou-se um hábito que, atualmente, perpassa as questões literárias.

A Literatura Comparada, hoje, deve, portanto, levar em conta o constante movimento da contemporaneidade e as relações culturais que estão na gênese das literaturas em escala global, mas, sobretudo, das literaturas das Américas e das Áfricas, cujo passado colonial e escravocrata foi marcado por intensas trocas culturais (voluntárias ou/e impostas), das quais as literaturas desses continentes extraíram características de heterogeneidade e inovação. Philarète Chasles, formulou em 1835 alguns princípios básicos sobre “história literária comparada”, pois em suas palavras: “nada vive isolado, todo mundo empresta a todo mundo: este grande esforço de simpatias é universal e constante” (CHASLES, *apud* CARVALHAL, 1986, p. 10).

O ato de “emprestar” aspectos e características que transpassam de literatura para literatura, comumente é entendido como influência. Entretanto, René Wellek (1994) mostra que há um paradoxo na evolução da literatura comparada já que, apesar de ela ter surgido como uma reação contra o nacionalismo limitado, como um protesto contra o isolacionismo, acabou sendo o estopim para uma competição entre países, cada um querendo provar que exerceu mais influência sobre os demais ou que melhor assimilou um grande escritor estrangeiro (WELLEK, 1994, p. 112-114). No Brasil, por exemplo, já há algum tempo, evita-se usar o termo “influência”, porque nesse conceito entendemos a ideia de uma relação de subalternidade das literaturas dos países colonizados em relação às dos países colonizadores.

Apesar de a autora Françoise Ega considerar a Carolina Maria de Jesus como sua referência na escrita, não consideramos esse sentimento como influência no sentido submisso da palavra e sim como uma forma de reconhecimento de si mesma na realidade do outro. Nos

próximos tópicos iremos contextualizar as obras que serviram como objetos de estudos dessa pesquisa bem como tecemos nossos comentários analíticos-comparatistas.

2. Carolina Maria de Jesus: brasileira e escritora ilustre da favela

Autora do sucesso *Quarto de Despejo*, entre outras obras, Carolina possuiu uma história de vida com uma dura realidade dentro de uma favela, por isso, temos o subtítulo de sua obra como “diário de uma favelada”, já que todo o romance é escrito em forma de diários. As experiências vivenciadas por ela, conhecida através dos seus diários, são repletas de luta, superação e também de sofrimento. Escritos intimistas que apresentam uma mulher negra, mãe solteira e favelada no Brasil do século XX.

Figura 1 - Carolina Maria de Jesus



Fonte: Literafro¹³, 2021.

Carolina Maria de Jesus nasceu no ano de 1914, na cidade de Sacramento, no estado de Minas Gerais, onde foi criada pela mãe e pelo avô até os quatorze anos de idade. Filha de

¹³ Disponível em:

http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus?fbclid=IwAR0MAhkc8XnXj_xvOfDAK_42oGXUo-7ML8VDUnPzq4EhEPkN1F0xOmthTM

mãe solteira, Carolina não chegou a conhecer o seu pai. Desde a infância, costumava auxiliar a sua mãe nas atividades domésticas nas casas de família em que trabalhava, e desde cedo se dedicou ao trabalho de caráter informal, mal remunerado e subalternizado frente às classes sociais dominantes.

Entrou muito tarde na escola por falta de recursos e condições socioeconômicas, quando adentrou no âmbito escolar, conseguiu cursar apenas dois anos. Precisou abandonar os estudos para trabalhar de lavadeira e doméstica, pois era a única forma que encontrou de ajudar no sustento da família. Carolina foi uma mulher negra, pobre e semianalfabeta. Contudo, era uma forte admiradora dos livros e da leitura em geral. Apesar de só ter tido o privilégio de frequentar a escola até o segundo ano do Ensino Fundamental, esse estudo foi suficiente para que Carolina pudesse aprender a ler e a escrever.

No ano de 1930, chegou à cidade de Franca, no estado de São Paulo, acompanhando sua mãe que nutria a esperança de se empregar na nova cidade. Logo começou a trabalhar como empregada doméstica. Na casa em que trabalhava, nos momentos de folga, lia os livros da biblioteca da casa de sua patroa. Durante muitos anos, trabalhou como empregada doméstica em múltiplas casas, sempre de famílias abastadas.

Ainda distante da vida literária, em 1948 engravidou do seu primeiro filho, fruto de uma rápida relação com um marinheiro português, que logo a abandonou. Enquanto estava sem alternativas, Carolina Maria de Jesus migrou para a favela do Canindé, às margens do rio Tietê, e por falta de ocupação profissional começou o trabalho de garimpagem no lixo; catava papéis e os vendia para manter a família.

Nessa época, quando se mudou para a favela (termo utilizado pela própria Carolina ao decorrer da escrita de seus diários), já era mãe de dois filhos, João José e José Carlos, que eram filhos de pais diferentes e ausentes. Nesse momento, já esperava a sua terceira filha: Vera Eunice¹⁴, fruto de uma relação com um empresário de sucesso, que também a deixou desamparada. Carolina, assim como sua mãe, foi sempre uma mãe solteira e independente. Infelizmente, não conseguiu viver o suficiente para ter o orgulho de assistir aos seus filhos em suas vidas relativamente confortáveis, muito longe da miséria a qual foram submetidos por muitos anos durante a infância.

¹⁴ Vera Eunice é atualmente professora de Língua Portuguesa, que assumiu essa profissão por influência de Carolina, que em seu leito de morte deixou uma carta para a filha dizendo que esta tinha certa paixão pelo português.

Ao se tornar catadora de papel, Carolina tentava separar os melhores papéis para sua escrita, e, assim, escreveu todos os dias sobre sua realidade na favela do Canindé¹⁵.

Figura 2 - Planta da Favela do Canindé



Fonte: Elaborado por Everson Fonseca Silva (PMSP), 1962.

Localizada em um terreno público, na Zona Norte de São Paulo, situada às margens do rio Tietê, que estava prestes a ser canalizado, a favela foi originada por incentivo da própria Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, que decidiu conceder a área, até então inutilizada, para que se tornasse o abrigo de 99 famílias desalojadas (GODINHO, 1955).

Carolina escrevia sobre seu cotidiano na favela do Canindé e, em 1958, conheceu o jornalista Audálio Dantas, que ao visitar a comunidade em busca de uma história, se deparou com Carolina e a auxiliou em sua publicação da obra *Quarto de despejo*. Carolina mostrou a ele os 35 cadernos que guardava em seu barraco, e as anotações interessavam tanto ao jornalista, que logo depois saíram matérias a respeito da favelada no Jornal da Noite e na Revista O Cruzeiro.

¹⁵ A favela do Canindé teve uma existência curta na cidade de São Paulo, e surgiu em 1948. Treze anos depois, em 1961, por força da repercussão da publicação do livro de Carolina Maria de Jesus, a favela foi extinta (PMSP, 1962).

Dantas tentou organizar os diários em apenas uma única obra, mantendo o título escolhido pela autora, somente adicionando o subtítulo: diário de uma favelada. Sendo este o seu primeiro livro publicado, a obra teve sua primeira publicação em agosto de 1960 pela editora Francisco Alves, da capital paulista, sob o título *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.¹⁶

No dia do lançamento da obra, Carolina trabalhou o dia inteiro na coleta de lixo e foi até o evento a pé com os filhos. Quando chegou ao local se deparou com a livraria lotada, as pessoas brigando para entrar no ambiente e a imprensa presente para registrar a noite de autógrafos. Nesse evento, estima-se que a autora autografou seiscentos exemplares. Nos três dias seguintes ao lançamento oficial, vendeu cerca de dez mil volumes, somente na capital paulista.

Foi traduzida para treze línguas e exportada para quarenta e três países. A fama alcançada com o seu diário lhe proporcionou a saída da favela, do barraco da Rua A, para a vida na casa de alvenaria, em Santana, um bairro de classe média de São Paulo. Por um período extremamente curto viveu de maneira confortável, transitou em importantes eventos, mas tudo foi muito efêmero. Em apenas três anos, após a sua aparição na mídia na condição de escritora, desceu novamente à vida precária.

Em 13 de fevereiro de 1977, morreu aos 63 anos, vítima de uma parada cardiorrespiratória, seguida de uma crise asmática, herança da poluição das indústrias que tomavam a região. Devido à distância de sua moradia, não havendo recursos hospitalares próximos, faleceu a caminho do hospital. Contudo, sua morte não impediu que sua história continuasse a transformar vidas. Françoise Ega foi tocada por um pequeno trecho de um dos diários escritos por Carolina e nesse momento, além de uma conexão de irmandade, surgiu a motivação para a escrita de uma outra obra literária.

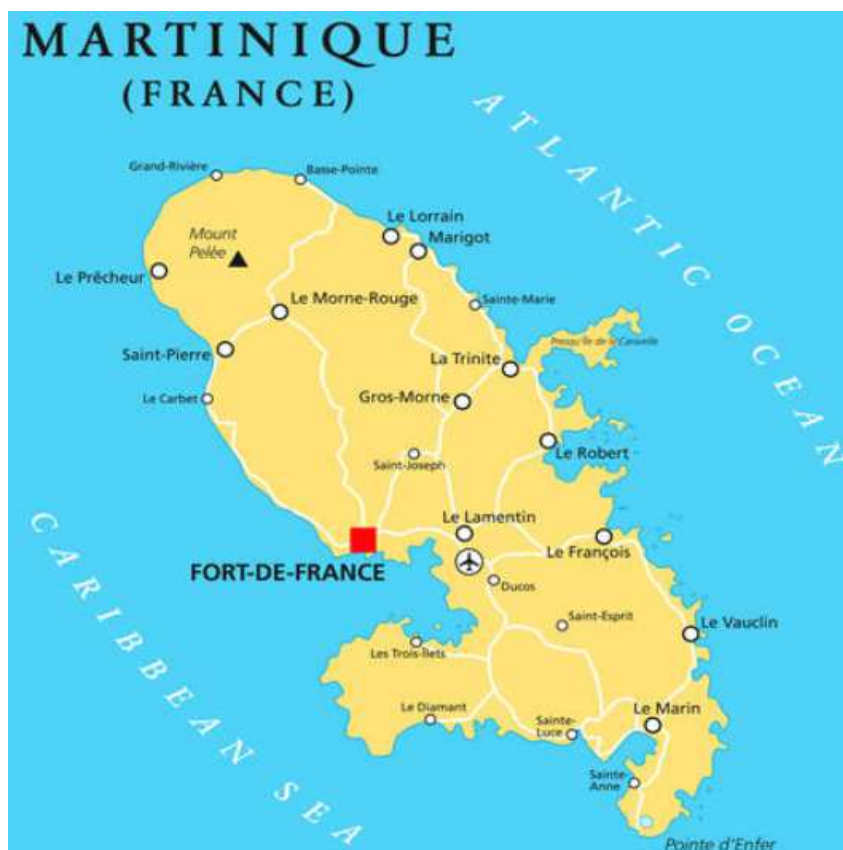
3. A imigrante antilhana de referência: Françoise Ega

Françoise Ega foi uma escritora e militante social martinicana. Filha de um guarda florestal chamado Claude Eugène Josué Modock e de Sixte Marie Olive Déhe Partel, uma costureira, nascida na cidade de *Case-Pilote*, na ilha da Martinica. Sua família é originária da atual cidade Morne-Rouge, cidade do norte da ilha, próxima ao vulcão *Montagne Pelée*. Por conta de suas condições modestas, Ega obtém com muito trabalho e dedicação o *Certificat*

¹⁶ Entretanto, cabe esclarecer que, para este trabalho, utilizamos uma edição mais recente publicada pela Editora Ática, no ano de 2012. A escolha editorial se deve, exclusivamente, ao fácil acesso à edição mais recente.

d'Études Primaires (equivalente hoje em dia ao certificado do ensino fundamental no Brasil), o *Brevet Élémentaire* (prova realizada para comprovação do ensino fundamental) e um *Certificat d'Aptitude Professionnelle* de datilógrafa, que seria o equivalente a um curso técnico no Brasil.

Figura 3 - Mapa da Martinica



Fonte: iStock¹⁷, 2015.

Em 1635, o francês Pierre Belain d'Esnambuc fundou uma colônia, a Martinica, que passou a ser considerada uma região francesa. Contudo, só foi anexada oficialmente pelo reino em 1674. No dia 22 de maio de 1848, a ilha aboliu a escravidão e libertou 74 mil escravos. Em 1946, a Martinica tornou-se um departamento ultramarino francês e, em 1974, foi elevada à condição de região da França.

Em 1963, na mesma época em que Françoise se inspirava nos escritos de Carolina para continuar a escrever seus próprios livros, o governo francês criou o *Bureau pour le développement des migrations dans les départements d'outre-mer*¹⁸, com o pretexto de

¹⁷ Disponível em: <https://www.istockphoto.com/br/vetor/martinica-mapa-politico-gm478533492-67370151>

¹⁸ “Escritório para o desenvolvimento das migrações nos departamentos ultramarinos” (tradução nossa).

solucionar os problemas demográficos ultramarinos, visando facilitar a emigração para a França hexagonal. Prometia ainda uma formação profissional e trabalhos dignos. Entretanto, o que todos os imigrantes encontraram foram empregos ainda mais precários.

Como apontou a escritora feminista e cientista política Françoise Vergès (2015) em uma entrevista, o Bumidom “[...] queria suprir a falta de mão de obra na França, mas também impedir a participação dessa juventude nas lutas de decolonização”. Assim, com a chegada massiva dos antilhanos e da população ultramarina no porto de Marselha, Françoise Ega acabou ajudando muitas mulheres recém-chegadas e se envolveu cada vez mais com a luta pelos direitos de seus compatriotas.

Figura 4 - Françoise Ega



Fonte: Jornal Plural,¹⁹ 2021.

Conhecida como Mam'Ega entre seus vizinhos e amigos (apelido vindo de Madame Ega), essa mulher desempenhou um papel significativo na vida de imigrantes antilhanas, ao denunciar suas realidades e violências. Françoise era muito engajada no combate contra a miséria e contra os preconceitos raciais e sociais. Sabendo da importância de uma ação

¹⁹ Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/papel-maquina/cartas-a-uma-negra-francoise-ega-2/>

política para sua família e a comunidade que crescia ao seu redor, Ega se identifica como militante de esquerda e funda algumas associações sociais em Marselha, cidade em que vivia, na França.

Por causa da Segunda Guerra, ela deixa a Martinica e vai para a França, se casando em 1946 com o enfermeiro militar e também martinicano Frantz Ega, com quem teve cinco filhos. Devido ao trabalho militar de Frantz, o casal e seus dois primeiros filhos (Jean-Luc, nascido em 1952 e Jean-Marc, nascido em 1954) tinham um status social que lhes permitia ter empregadas domésticas, após alguns trabalhos, eles se instalam definitivamente em Marselha em 1955. Nos anos seguintes nasceram seus outros três filhos: em 1956, Christine Thomson-Ega, em 1957, Jean-Pierre e em 1958, Jean-Michel.

Na época, Françoise Ega, além de exercer suas atividades como mãe e militante, também trabalhava como empregada doméstica, porque apesar de seu marido ter condições suficientes para sustentar a família, após ouvir sobre a rotina sofrida que outras mulheres antilhanas vivenciavam como domésticas, ela decidiu que também queria sentir na pele como suas irmãs negras se sentiam. Além de todo seu engajamento político, Ega era leitora assídua e participava do clube de poetas de Marselha. Foi nesse clube que começou a escrever seus primeiros textos, mas nunca com a pretensão de publicá-los. Em um domingo de 1976, Françoise faleceu prematuramente de um ataque do coração.

Dessa maneira, é possível mensurar a importância do engajamento social de Ega, em solidariedade aos irmãos de cor. E é a partir dessa consciência e dessa compreensão que Françoise teve contato com a obra da brasileira Carolina Maria de Jesus, estabelecendo imediatamente uma conexão entre suas realidades.

É importante ressaltar o impacto da obra da autora brasileira sobre a vida de antilhanos em Marseille, prova disso é seu livro *Cartas a uma negra* (2021), que reúne as cartas escritas por Françoise como uma resposta ao livro de Carolina Maria de Jesus. O primeiro contato com *Quarto de despejo*, de 1960, não foi com o livro diretamente, mas, com a leitura da revista semanal francesa *Paris Match*, como viajante no transporte público, indo e voltando do trabalho, que trazia a repercussão da obra no meio da sociedade francesa.

4. Semelhanças e divergências entre as narrativas epistolares

De modo a comparar de forma mais integral, optamos por segmentar este tópico de análise em quatro momentos. Inicialmente, faremos uma breve contextualização das obras

selecionadas para o corpus de análise dessa pesquisa. Em seguida, destacamos as marcas de decolonialidade que estão presentes na obra, que fomentam as práticas de reexistência das autoras. A fim de compreender melhor as vidas pessoais das escritoras, comentamos algumas relações com figuras masculinas existentes no dia a dia das protagonistas. Por fim, demos enfoque às ações sociais, políticas e outras que Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus desempenharam nos contextos em que estavam inseridas, a fim de deixarem suas marcas no mundo, para além dos seus escritos, que por si só já denunciavam a realidade de alguns povos subalternizados.

Consideramos importante destacar que compreendemos os distanciamentos das realidades sociais, culturais, políticas e econômicas que permeiam a vida das duas mulheres. Por esse fator, é possível que em alguns momentos essa pesquisa possa demonstrar que os pensamentos de Françoise Ega não se assemelham aos de Carolina Maria de Jesus, posto que, em certas ocasiões, a realidade relatada por Carolina e assistida por Ega em sua própria vida, é descrita em *Cartas a uma negra* de modo a ser considerada uma forma insuportável de viver. Entretanto, esses aspectos encontrados na narrativa não inferiorizam a irmandade estabelecida entre as duas obras epistolares.

4. 1. Breve contextualização das obras

Quarto de Despejo: diário de uma favelada é um livro formado por 20 diários escritos entre 15 de julho de 1955 e 1 de janeiro de 1960. Por muito tempo, lutou-se para que a obra de Carolina pudesse ser considerada literatura, pois vários críticos literários a consideravam “apenas” como um tipo de literatura “marginal”. É importante ressaltar que existem diversas lacunas temporais no meio da obra, por motivos variados, alguns desses motivos são ditos pela própria autora durante o decorrer da narrativa.

Cada vez mais, contudo, podemos notar a importância deste relato, pois ela nos mostra a dura realidade da favela, da fome, do racismo e da invisibilidade social a partir de uma escrita verdadeira, de quem sente na pele todos os dias as amarras dessas vivências. Com uma linguagem simples e própria da sua identidade social, a autora nos apresenta sua luta cotidiana e como a escrita de seus diários se tornou uma forma de elaborar os seus problemas e possivelmente apaziguá-los. Além disso, é possível fazer uma crítica social através dos relatos de Carolina, posto que as múltiplas indignações apresentadas na obra possuem caráter público e sócio-político.

Figura 5 - Capa do livro Quarto de despejo (1960)



Fonte: Retirado do *Google Imagens*, 2021.

A primeira edição da obra foi publicada em 1960, como já dito anteriormente. Na capa desta edição, podemos perceber a escolha do ilustrador acerca do desenho e dos elementos que compõem a capa que nos permitem inferir, ainda que minimamente, como teria sido o barraco no qual Carolina e seus três filhos moravam na favela do Canindé. As cores escolhidas revelam os tons terrosos, podendo nos remeter a essências mais rústicas, ou nesse caso, precárias.

Já a capa da segunda edição, que apresentamos abaixo, representa a favela como um todo, não apenas o barraco no qual Carolina morava, mas também todos os outros que formavam aquela favela. As ilustrações feitas por Vinicius Rossignol Felipe, nesta décima edição, não se detêm apenas à capa. Ao longo de todo o livro podemos encontrar diversas ilustrações e representações que vão desde alguns acontecimentos ou momentos relatados por

Carolina durante a narrativa, até pessoas/personagens que a autora descreveu no decorrer de seus diários. Através dessa ilustração abaixo temos a representação de Carolina e de seus filhos.

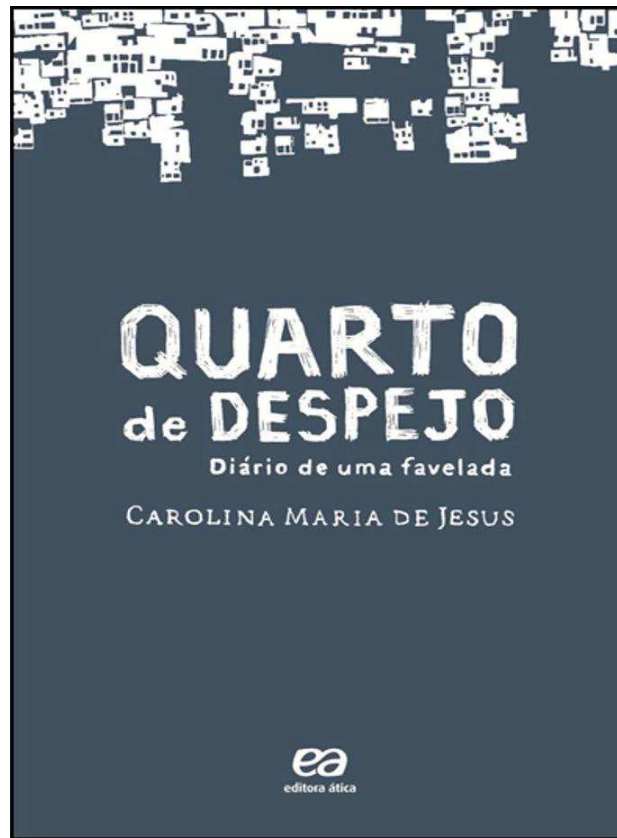
Figura 6 - Ilustração de Carolina e de seus filhos



Fonte: Retirado da obra para esta pesquisa, 2022.

Quarto de Despejo: diário de uma favelada traz em seus diários (divididos em dia, mês e ano) o retrato do cotidiano da favela do Canindé. Nessas narrativas, Carolina narra como consegue sobreviver sendo catadora de lixo e metal em São Paulo e como a falta de outro tipo de trabalho ocasiona na falta de dinheiro, impossibilitando que possua condições mais dignas, afetam a sua vida. Em meio a esse contexto difícil, a autora conta sua rotina vivendo na favela e relata os inúmeros sacrifícios que tinha que fazer para sustentar os seus três filhos. Considerando que era mãe solteira e tinha que alimentá-los e cuidar de tudo sozinha, além de ter que lidar com o preconceito de não querer casar de novo, Carolina narra as duras atividades do seu dia a dia.

Figura 7 - Capa do livro *Quarto de despejo* (2014)



Fonte: Retirado do *Google* Imagens, 2014.

Aqui, cabe a análise do título da obra, que favorece nosso entendimento da narrativa. Carolina Maria de Jesus afirma, em várias partes do texto, que falar sobre a favela é falar sobre um “quarto de despejo” da “sala de estar”. A autora entende o conceito de sala de estar como o centro da cidade e os bairros que são habitados pelas classes mais privilegiadas da sociedade e é nesse local que trabalham aqueles que moram no quarto de despejo, o povo da periferia. O nome é retirado de um trecho da obra no qual a escritora diz que a favela, seu lugar de vida, é o quarto de despejo da cidade. Segundo ela, é uma espécie de senzala em que a exploração continua viva, tornando os seus habitantes escravos, ainda que sejam, supostamente, livres.

Pensando na narrativa e nas problemáticas enfrentadas, um elemento muito importante nesse contexto é a fome. Carolina tentava minimizar ao máximo o tempo que seus filhos passavam sem comer, mas, infelizmente, esse era um acontecimento mais comum do que ela gostaria. Em muitos momentos a autora relata que ver seus filhos passando fome era a pior dor que ela poderia sentir. Assim, ela trabalhava muito para comprar comida e, por vezes,

recebia algumas doações de alimentos, ou então, a alternativa era buscar restos de produtos nas feiras ou catar no lixo

Carolina expõe, também, a invisibilidade social. Se sentindo ignorada e de fato invisível por pessoas que possuíam melhores condições sociais, a autora afirma que essas pessoas não eram capazes de entender o que a dor da violência e da pobreza podem causar nas pessoas. Diante disso, neste contexto, a autora relata que ao escrever seus diários, transpõe neles a expectativa de que alguém leia e a retire desse status invisibilizado. É através dos seus diários que Carolina podia sonhar e ter a esperança de escapar de sua realidade tão cruel.

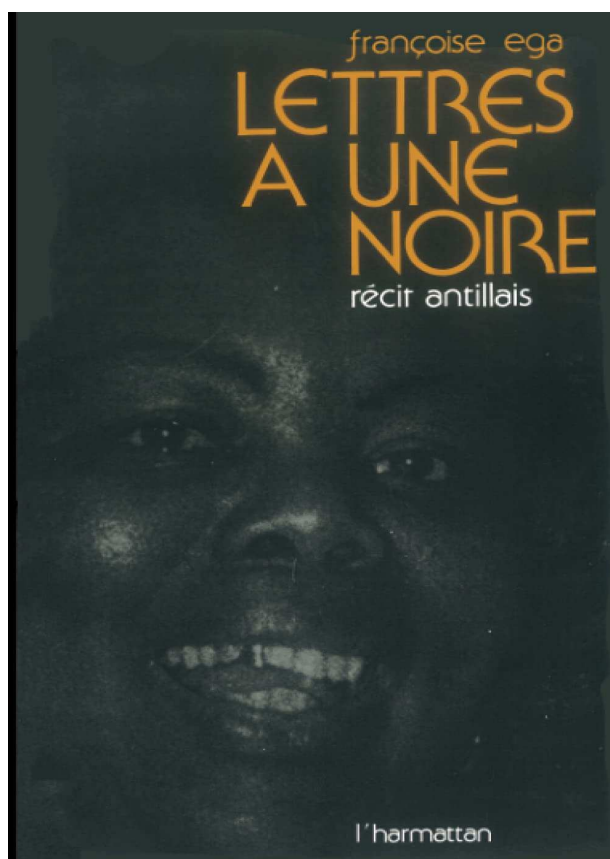
Na obra, podemos ver a importância da religiosidade para a autora. Sempre impulsionada a continuar e perseverar, as crenças religiosas e a fé de Carolina a motivaram durante muito tempo para que não desistisse, mesmo diante da sua realidade precária. Além disso, a autora relata muitos dos problemas vividos pelos seus vizinhos, denunciando a violência doméstica constante que as mulheres sofriam, que eram ocasionadas, principalmente, pelo alcoolismo de seus maridos.

Ainda que não tivesse tido o privilégio de saber, Carolina Maria de Jesus, mulher preta, pobre, da favela, inspirou, através dos seus escritos, uma outra mulher, também preta, de um outro país. Françoise Ega, motivada por um pequeno trecho de um dos diários de Carolina, começou a escrever cartas que, após serem consolidadas, originaram a obra *Lettres à une noire*.

O livro póstumo *Lettres à une noire: récit antillais*, publicado pela primeira vez em 1978, é particularmente interessante para o público leitor brasileiro, pois, como dito anteriormente, consiste em cartas endereçadas, mas que jamais tiveram a oportunidade de serem enviadas, à escritora brasileira Carolina Maria de Jesus. Essa obra é dividida em 19 capítulos com cartas datadas de maio de 1962 a junho de 1964. Percebemos inicialmente que a escrita das cartas começou dois anos após a primeira edição do livro de Carolina.

Assim como a obra comentada anteriormente, esta possui alta importância não só literária, mas também histórica. A partir das cartas escritas por Françoise Ega, pudemos conhecer e entender a realidade vivenciada pelas imigrantes antilhanas ao chegarem a uma metrópole francesa. A luta cotidiana para conseguir o pouco que era possível para sobreviver através de empregos precários e mal remunerados. Também com uma linguagem simples e pouco rebuscada, Ega fez de suas cartas, assim como Carolina, um refúgio para o seu dia a dia tão triste, enquanto denunciava a subalternização das negras imigrantes das Antilhas.

Figura 8 - Capa do livro *Lettres a une noire: récit antillais* (1978)



Fonte: Retirado do *Google* Imagens, 2022.

A capa da primeira edição da obra, publicada em janeiro de 1978 pela editora Harmattan, em língua francesa, possui como destaque o rosto da própria Françoise Ega. É cabível comentar que nesta primeira edição a obra possuía um subtítulo: «*récit antillais*²⁰», e acreditamos que essa escolha tenha sido devido ao contexto sócio-histórico no qual o livro foi publicado. Um momento em que a promessa da vida idealizada na França hexagonal por parte do governo vigente, não estava sendo cumprida e as principais afetadas naquele momento, que estava sendo narrado por Françoise, eram as mulheres antilhanas.

Na segunda capa, edição que utilizamos para este trabalho, temos uma escolha diferente. Apesar de ainda estar retratada, dessa vez por um desenho gráfico e não uma foto realista, Françoise aparece carregando um livro/caderno, na frente de uma casa, que vista de fora, parece não ser precária. Temos uma composição de cores que nos remete a uma casa alegre. Em contraponto, diferente da expressão feliz e espontânea que Ega apresenta na primeira capa, nesta, a representação é bem mais séria e contida. Além disso, para esta edição

²⁰ “Narrativa antilhana”. (tradução nossa)

que foi traduzida para o português brasileiro em 2021, por Vinicius Carneiro e Mathilde Moaty, não temos mais o subtítulo da obra. O título consiste apenas em “Cartas a uma negra”, sendo esta a forma que optamos por nos referir à obra nesta pesquisa.

Figura 9 - Capa do livro Cartas a uma negra (2021)



Fonte: Retirado do *Google* Imagens, 2021.

Cartas a uma negra é um compilado de cartas que foram reunidas e publicadas em forma de livro. Durante a escrita das cartas, conhecemos a realidade de Françoise, seu marido e seus cinco filhos. As cartas que, às vezes, tomam forma de pequenos bilhetes ou de verdadeiros contos, criam uma unidade interessante que se assemelha, de certo modo, ao diário de Carolina de Jesus. Assim como Carolina contava seu dia a dia na favela do Canindé e no centro de São Paulo, Françoise narra seu dia a dia enquanto empregada doméstica e imigrante no bairro de Busserine, em Marselha, no sul da França.

Apesar de possuir condições melhores do que Carolina, Ega sempre foi uma mulher de muita empatia, que possuía uma grande vontade de fazer a diferença no mundo que vivia. Através da sua escrita vimos que trabalhar como empregada doméstica era um trabalho destinado às negras, mulheres pobres que estavam dispostas a receber pouco e trabalhar muito em troca de um salário miserável que custeava muito mal sua própria sobrevivência.

Quando pensamos em uma mulher que vive para cuidar do lar e da família de outros, é difícil conseguirmos enxergar no campo literário a visão dessa própria mulher. Muitas vezes com uma família para sustentar, para cuidar, para amar. Saem de suas próprias casas para serem donas de casa em outro lugar que não lhes acolhem. Françoise, mesmo que não precisasse, optou por viver essa realidade. Queria conhecer a vida das empregadas domésticas, sentir na pele a crueldade dos patrões que solicitavam tarefas insensatas e infundáveis.

No contexto da língua francesa pelo mundo, o livro de Ega foi de extrema importância ao ser um dos primeiros registros da realidade das mulheres antilhanas vindas para a França no processo do *Bumidom*. Diferente do que era prometido, essas mulheres não eram orientadas a trabalhos igualitários e tinham que aceitar, na sua maioria, o trabalho doméstico em casa de senhores e senhoras francesas. Tal como o diário de Carolina, as cartas de Françoise são a representação de uma realidade pouco ou nada representada pela literatura dita “universal” e algumas fontes históricas consideram Françoise como a primeira autora antilhana de quem se tem notícia e a primeira a denunciar as desigualdades vividas pelas mulheres antilhanas na França metropolitana (VERGÈS, 2015).

Diante disso, destacamos alguns pontos que aproximam e podem distanciar as obras com o intuito de compreender como duas mulheres, que não se conheciam, originárias de países distintos, classe social relativamente oposta, puderam construir narrativas tão complementares, de importância imensurável.

4. 2. Carolina e as imigrantes: relatos de uma fome comum

As obras aqui estudadas possuem nítida relação quando pensamos nas autoras e a interlocução que é proposta por Françoise Ega à Carolina Maria de Jesus através de suas cartas. Entretanto, também podemos encontrar várias relações de similaridades dentre os acontecimentos relatados em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a uma negra*, como a realidade vivida por Carolina por ser uma mulher negra e catadora de papel, e a vida das imigrantes antilhanas que trabalhavam como empregadas domésticas em Marseille, na França.

É possível perceber nos escritos de Carolina que a maior parte de sua preocupação estava relacionada aos seus filhos. Apesar de estar, quase sempre, cansada com sua rotina, ela

não se permitia desistir para que pudesse dar aos três filhos algo para comer no fim do dia. Em um trecho de seu diário escrito no dia 20 de julho de 1955, a autora relata: “Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna.” (JESUS, 2014, p. 22). Compreendemos que nesse e em muitos outros momentos, Carolina se ressentia de não ter como proporcionar aos filhos uma casa com condições melhores para viver. Entretanto, apesar de não conseguir suprir essa necessidade, ela buscava todos os dias oferecer, ainda que de forma modesta, pelo menos uma refeição para cada um de seus filhos.

Em contrapartida, apesar de não vivenciar diretamente essa dificuldade, Françoise Ega relata, na carta do dia 24 de junho de 1962, ao se colocar diante da patroa de uma amiga chamada Yolande, que não era possível viver com apenas setenta francos por mês, pois ela tinha dois filhos na sua cidade de origem, que aguardavam para serem sustentados e não morrerem de fome. (EGA, 2021, p. 16). Nesse trecho, inferimos que algumas das mulheres não se deslocaram para a metrópole em busca de condições melhores de vida somente para si mesmas, muitas enviavam quantias de dinheiro para auxiliar suas famílias em suas cidades natal.

Visando não deixar faltar alimento para seus filhos e para si, Carolina relata que em um determinado momento, ato de mexer nos lixos em busca de algo começou a ser involuntário, a autora afirma: “tudo quanto eu encontro no lixo eu cato pra vender. Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta.” (JESUS, 2014, p. 12). Nesse sentido, conseguimos estabelecer uma relação palpável entre as obras, pois, se compadecendo do dia a dia da brasileira, Françoise enxerga nas suas irmãs antilhanas a mesma dura realidade “Elas são todas parecidas com você Carolina, só o idioma as separa. O mesmo sol brilha sobre suas tristes vidas, e a busca pelo pão de cada dia é tão semelhante à sua luta para não morrer de fome.” (EGA, 2021, p.52).

Os extensos relatos das autoras sobre suas vidas e as vidas de seus semelhantes, nos permite refletir sobre como, mesmo após a abolição da escravatura, somos escravos de uma realidade brutalmente sofrida. Quando nos deparamos com as palavras de Carolina e de Françoise, notamos que as autoras enxergam essa realidade como uma forma de escravidão. A autora de *Cartas a uma negra* menciona que enquanto não somos obrigados a nos deparar com vidas tão subalternizadas, não nos damos conta de que ao aceitarmos certas condições de vida ou de emprego, estamos nos submetendo a uma escravidão voluntária (EGA, 2021).

Ademais, existe um outro tipo de escravidão que, muito recentemente, durante um governo genocida e desumano, fomos obrigados a vivenciar diariamente, no alto custo de vida em setores básicos de subsistência. Para muitas pessoas, o sacrifício diário para sobreviver é condição *sine qua non*, pois, para aqueles que não possuem condições de vida abastadas, “o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida” (JESUS, 2014, p. 11). Dessa maneira, entendemos que, assim como afirma Carolina, parte da população ainda luta constantemente contra o processo escravocrata atual, a fome.

Nesse sentido, nos é apresentada através dessas narrativas epistolares, experiências de pessoas que vivenciaram o amargor da fome e a humilhação de ir atrás de algum resquício de comida. Esse sentimento pode ser visto nas seguintes citações, a saber: “as mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer; E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros...” (JESUS, 2014, p. 105)

Da mesma forma que Françoise busca entender a situação de Carolina, em alguns momentos podemos perceber que de fato ela vivencia uma situação melhor, pois enquanto Carolina agradece por ter pão duro para comer, no diário de 3 de agosto de 1958, Ega se revolta com o fato de que as pessoas estão comendo “Somente pão, sem nada em cima, para centenas de milhares de homens que morrem de fome!” (EGA, 2021, p.). Nesse prisma, percebemos aqui a divergência entre ver e compreender uma realidade que lhe é apresentada e de fato vivenciá-la.

Enquanto empregadas domésticas, nem o básico lhes é permitido pelos patrões, de acordo com Françoise, elas não têm o “o direito de beber um copo de água”, pois “uma faxineira não pode ficar com sede, não pode ter nenhuma necessidade natural, perderia cinco minutos.” (EGA, 2021, p. 36). Esse pensamento converge com os escritos de Carolina, pois no diário de 16 de julho de 1955, a autora escreve que saiu para trabalhar muito indisposta, com vontade de deitar, mas por sua condição de pobreza, não pode repousar, pois o pobre não tem o “privilégio de gosar descanso” (JESUS, 2014, p. 12). Diante desses excertos, concebemos a compreensão de que as duas autoras, enquanto mulheres negras e trabalhadoras, apesar de uma distância espacial visceral, ao habitarem diferentes nações, possuíam em suas vidas privações em comum.

A fome é apenas um dentre os muitos elos que podem ser estabelecidos entre as obras. Contudo, para esta pesquisa, além desta temática, resolvemos discutir como a representação

da figura masculina influencia as atitudes das autoras, seja de forma positiva, seja de forma negativa.

4. 3. A representação da figura masculina na vida das autoras

No decorrer das narrativas temos uma forte presença de figuras do sexo masculino nas obras, sejam de conhecidos, vizinhos, amigos, patrões, maridos, namorados ou afins. Entretanto, cada uma das relações interpessoais das autoras possui certa influência nas atitudes que são tomadas. Por vezes, é possível notar como os personagens-homens da vida dessas mulheres protagonistas são, quase completamente negativas ou completamente positivas. Durante a leitura e análise das obras e a coleta dos excertos, é fácil distinguir e também compreender como esses homens se firmaram no cotidiano de Carolina e Françoise de modo a se tornarem representações de uma vida consideravelmente boa, ou não.

Embora não queiramos promover nenhum tipo de destaque centralizado à essas representações masculinas, consideramos importante mencionar suas existências, posto que, diante de uma sociedade patriarcal, a vida de Ega e Jesus foram influenciadas e, possivelmente, moldadas pela presença desses homens que passaram em suas vidas. Ressaltamos que esses personagens não constituem narrativas centrais nas obras, o que nos compete acreditar que não estão em posições ativas de superiorização em relação a vidas das autoras.

A vida de Carolina foi repleta de presenças masculinas. Os pais de seus filhos não foram pessoas confiáveis. Tendo cada um dos seus três filhos com um companheiro diferente, da forma mais triste foi obrigada a entender que os homens não eram confiáveis e que no fundo, ela precisaria dar conta de tudo completamente sozinha. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, não temos trechos que retratam os relacionamentos de Carolina com os pais dos seus dois primeiros filhos. Entretanto, com o pai de Vera Eunice, a autora possui certo contato pois ele precisa pagar o dinheiro da pensão de sua filha. Em alguns momentos, ele encontra Carolina em sua casa e, de acordo com a visão dela, é um homem de boa aparência e boa educação.

Apesar de ter uma boa vida, deixa a desejar no quesito pai e nem sempre pagava a pensão de forma devida, como vemos nessa citação retirada de um de seus diários: “Quando cheguei ao Juizado, o senhor J. A. M. V., o pai da Vera não levou o dinheiro.” (JESUS, 2014, p. 188). Carolina relata que este homem pede para que ela não cite seu nome em seu livro e,

por esse motivo, em nenhum momento dessa obra, a autora menciona o nome dele. Apenas nesse momento decide escrever suas iniciais de forma a mostrar sua indignação com o fato de ele não ter pago a pensão e ainda, segundo ela, se atrever a procurá-la apenas para saber da venda de seu livro e de seus lucros potenciais.

Em divergência, quando pensamos na vida de Françoise, temos um marido carinhoso e um pai, que apesar de seus esforços e viagens necessárias por conta de seu trabalho, se faz muito presente na vida dos seus cinco filhos. Ainda que em alguns momentos se apresente como um marido de pensamento retrógrado, pois demonstra sua insatisfação com o fato de Ega decidir trabalhar, no final ele sempre cede e apoia sua esposa, como vemos nesse trecho: “Meu marido disse que *Paris Match* não era a casa da sogra, mas, já que ia para lá, aceitava entregar a minha carta” (EGA, 2021, p. 128).

Frantz, marido de Françoise, diz que o fato de a esposa ser faxineira na casa de senhores e senhoras fomenta a ideia de que desde a realidade escravista que suas avós e bisavós vivenciavam não foi modificada. “Fico triste quando você vai às casas dos senhores” (EGA, 2021, p. 226), diante dessa fala, perante os olhos da esposa, podemos inferir que é uma preocupação genuína pelo fato de que a profissão de empregada doméstica não lhe confere respeito e muito menos boa remuneração. A fim de convencer a esposa a ficar em casa, ele lhe faz uma surpresa: “Olha o que eu trouxe para você, papel para máquina, um calhamaço de mil folhas e tirei a sua máquina da casa de penhores” (EGA, 2021, p. 125). No entanto, a esposa se mantém firme na decisão e volta ao trabalho.

Porém, segundo Carolina Maria de Jesus, essa atitude reflete o fato de que “Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais.” (JESUS, 2014, p. 20), como se sua masculinidade e sua função em “prover o lar” fosse abolida como fato de sua esposa possuir um trabalho e contribuir com as despesas da casa e dos filhos. Carolina refletia bastante sobre os exemplos de casamentos das pessoas da favela e como essas relações eram tóxicas e abusivas, realidade que a autora dos diários se negava a vivenciar. Em um de seus relatos, ela diz:

A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas das favelas que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2014, p. 16-17)

Comprendemos o medo de Carolina quando se trata de relacionamentos amorosos, pois já havia vivenciado muitas dificuldades, ao trabalhar incansavelmente como catadora de

papel. O fato de nem ao menos ter a certeza de que conseguirá o suficiente para colocar comida na mesa para os seus filhos, a faz refletir sobre a ideia de viver um relacionamento, com a possibilidade de que essa relação repita a realidade que ela observa todos os dias, é arriscar a única coisa que ela possui de forma íntegra, sua paz.

Trabalhar como empregada doméstica não era fácil, mas, algumas vezes, Ega relatava a boa atitude de seus patrões. Nos empregos em que trabalhou, inclusive, podemos afirmar que as senhoras, donas das casas, eram mais rudes e hostis com a empregada do que os senhores. Em uma das cartas ela relata que o patrão fez questão que ela comesse junto à toda a família na mesa e apreciasse da mesma comida, ainda que essa atitude contrariasse a própria esposa.

Em um outro momento, para desculpar-se das ações da esposa perante Françoise, ela relata que o patrão: “Antes de sair, entrou na despensa e colocou, no pequeno armário dos produtos de limpeza, uma grande caixa de chocolates.” (EGA, 2021, p. 21). Em complemento, um outro patrão para quem teve o prazer de trabalhar, o Dr. Bracci, de acordo com Françoise, foi muito mais do que mero patrão. Pois se ofereceu prontamente para corrigir seus textos datilografados e sempre elogiava seu estilo de escrita.

Embora seus relacionamentos amorosos não tenham dado certo, Carolina vivia sob as graças de muitos homens, fator que causava inveja em muitas mulheres da favela. Seu Gino, um homem que demonstra constantemente seu interesse, a convidou diversas vezes para seu quarto. No entanto, ela sempre o ignorava, o que o fez acreditar que ela o desprezava por lhe conceder sempre uma resposta negativa. Em uma de suas recusas, a autora disse: “Meu coração não pede para eu ir no quarto dele.” (JESUS, 2014, p. 27)

Inicialmente, temos a ideia de que nenhum dos homens agradava suficientemente a favelada, mas Seu Manoel, um homem bonito e gentil, que sempre se dispunha a lhe ajudar, inclusive financeiramente, lhe atraía bastante. Em alguns momentos ela escreve que gostaria de lhe afastar, mas que sente sua falta e então acaba optando por ficar com ele. “Dormi com ele. E a noite foi deliciosa.” (JESUS, 2014, p. 169), conta Carolina no diário do dia 4 de junho de 1959. Percebemos que Carolina se sente feliz, mesmo sob o julgamento de muitos de seus vizinhos sobre sua aparência e a dúvida de quem homem tão bem apresentado queira estar com ela.

Com isso, entendemos as claras divergências presentes nas obras quando tratamos das figuras masculinas e suas representações nas vidas das autoras e as influências de suas atitudes na postura que elas adotavam. Em seguida, apresentamos outro ponto disposto para

análise comparativa: a fé e a religiosidade presentes nas obras e como essa temática fortalece as personagens frente às dificuldades de suas vidas.

4. 4. A fé e a religiosidade como meio de fortalecimento e refúgio

Deus é uma figura evocada de forma muito frequente nas obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a uma negra*, a fé e a religiosidade são uma forma de questionamento da realidade ao mesmo tempo que é a partir dela que as autoras podem encontrar alguma explicação ou motivação para todas as barbáries que vivenciam ou observam. Carolina e Françoise são mulheres crentes e tementes a Deus.

A fé, de acordo com Joseph Ratzinger, “significa decidir que no âmago da existência humana há um ponto que não pode ser alimentado e sustentado o pelo que é visível e tangível” (RATZINGER, 2002, p. 37), ou seja, consiste num sentimento de total crença em algo ou alguém, e acreditamos que foi essa sensação da existência de uma divindade que olha e protege a humanidade que, em muitos momentos, concede força para que as protagonistas continuassem a sua jornada diária de luta e sobrevivência.

Em alguns trechos do diário de Carolina Maria de Jesus, ela defende a existência de Deus e as características qualitativas que ele possui. Afirma que Deus é um ser soberano e que age como advogado daqueles que são mais humildes. De acordo com a autora os pobres são seres feitos e guardados por essa divindade (JESUS, 2014). Nesse momento notamos a fé dessa mulher negra em acreditar que, independente de posição social econômica, ser humilde lhe confere a esperança de Deus advogar em seu favor. Promovendo um encontro de pensamentos, Ega diz que os povos de pele crioula possuem seu papel social assim como qualquer outro, posto que se, se de fato não tivessem serventia para a humanidade, Deus, sendo um ser bom e justo, não teria concedido uma alma aos corpos desses homens.

Entretanto, sendo humanas, as autoras passam por momentos de questionamento e dúvidas quanto às brutalidades que existem no mundo. Em alguns diários e cartas Carolina e Françoise relatam acontecimentos tristes pelos quais a população menos abastada da sociedade precisa passar. Em um desses escritos, Carolina se questiona: “Será que Deus sabe que existe as favelas e que hoje os favelados passam fome?” (JESUS, 2014, p. 46) Pensamos ser uma prática inata ao ser humano questionar figuras de poder quando passamos por alguma adversidade. Como forma, também, de estabelecer uma aproximação entre as realidades, Ega escreve: “Eles se voltam então para Deus, a barriga apenas cheia de resignação e esperança

por um futuro melhor.” (EGA, 2021, p. 52-53) Essa fala acontece em um momento no qual algumas pessoas estão atrás de comida e recebem apenas pão duro como refeição (trecho mencionado no tópico anterior).

Paralelamente a uma frase dos diários de Carolina sobre resignação, a saber: “Deus dá valor só aos que sofrem com resignação.” (JESUS, 2014, p. 86). Temos uma fala de Ega ainda sobre esse mesmo tema: “Trata-se da resignação, dom que Deus dá aos infelizes.” (EGA, 2021, p. 25) Como se compartilhassem uma mesma visão de mundo, ainda que uma vivesse no Brasil e outra na França, percebemos que, mesmo sem ter lido os diários da brasileira de maneira integral, as autoras estão conectadas por um laço invisível que se apresenta em muitos momentos das duas obras.

Por temer as ações de Deus contra aqueles que não são humildes, em certos pontos de suas narrativas, elas se questionam se fizeram algo de errado ou se, talvez, fizeram por merecer os acontecimentos que experienciam. Carolina se questiona se Deus a esqueceu, se por acaso ele está com raiva dela e, por isso, ela está vivendo um dia mais difícil do que os outros (JESUS, 2014). Ega não age diferente, e até evoca Carolina, se perguntando se Deus a estava punindo por ter sido egoísta (EGA, 2021).

Sabe-se bem que, a crença em uma divindade proporciona, para muitos, desde a antiguidade até os dias atuais, uma maneira de refúgio da realidade e para as autoras não foi diferente. Essas mulheres demonstram de forma recorrente em suas narrativas a beleza da vida, independente das dificuldades. Agradecer a Deus é essencial para elas e esses momentos lhes conferem uma força para enfrentar as próximas crueldades que ainda podem viver, Carolina diz que “devemos agradecer Deus, ou a Natureza que nos deu as estrelas para adornar o céu, e as flores para adornar os prados e as varzeas e os bosques.” (JESUS, 2014, p. 36).

Já Françoise, partindo dessa mesma perspectiva, diz: “Inverno e verão, a brisa do bom Deus sempre encontra um jeitinho para entrar na minha morada.” (EGA, 2021, p. 13) e esse momento de entrada de Deus em sua casa é um momento de tranquilidade e paz de espírito. Fomentando uma visão bela da existência humana, potencialmente bucólica de uma vida admirando os elementos naturais, as autoras conseguem pequenos momentos de calma em meio ao caos de suas vidas.

A fé promove também, nessas obras, uma forma de reexistência, posto que Deus também é questionado e ele não está isento da revolta dessas mulheres. A indignação está presente também nesse aspecto de suas vidas. Carolina Maria de Jesus diz em uma passagem

que: “Tem hora que eu revolto contra Deus por ter posto gente pobre no mundo” (JESUS, 2014, p. 56). Assim, entendemos que Deus torna-se, em alguns momentos, o único possível culpado para as atrocidades humanas, o único que seria capaz de extinguir as motivações das vidas dos pobres. Françoise, vive em busca de uma motivação, e acredita que se Deus permitiu que muitas coisas ruins acontecessem e que continuem acontecendo, é porque deve haver um motivo. (EGA, 2021).

Esse percurso analítico nos conduz a pensar a vida dessas autoras como um exemplo de revolta consciente e moral frente a miséria da população. Prosseguindo com nossos comentários comparatistas, delimitamos mais um ponto de diálogo: as ações de reexistência que as autoras apresentam durante as obras, a fim de reafirmar suas perspectivas decoloniais acerca da vida.

4. 5. Ações de reexistência: posturas decoloniais

Como discutido nos capítulos anteriores, a perspectiva decolonial permite que os indivíduos, antes escravizados e subalternizados por um processo social colonialista, possam se estabelecer na sociedade como seres particulares de valores morais singulares, crenças pessoais e verdades independentes. Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega fazem parte dessa gama de seres humanos que lutam contra o imperialismo colonial. Por isso, faz-se tão importante a promoção das discussões de suas obras, seja em âmbito acadêmico ou não.

Além disso, precisamos entender que não é apenas a luta contra o machismo dessa sociedade, ainda, extremamente patriarcal e misógina, que une as mulheres. As mulheres negras, em específico, precisam lidar, para além do machismo, com as opressões embasadas no campo racial. Como falamos anteriormente, em nosso primeiro capítulo, as mulheres negras habitam um espaço social no qual as mulheres brancas não precisam adentrar e os homens negros também não. É nesse aspecto que, para acolher as mulheres que ocupam esse espaço, surge o conceito de dororidade.

O conceito foi criado pela professora e escritora Vilma Piedade, que escreveu o livro *Dororidade*, publicado em 2017. Ela afirma que a ideia de sororidade não consegue mais dar conta da amplitude que é o movimento feminista negro. Então, a partir dessa percepção, explorou a criação desse novo termo, que, apesar de muito novo, carrega consigo um fardo antigo: a dor (PIEADADE, 2017). O contato com as obras selecionadas nos proporcionou a reflexão de que este é um sentimento conhecido e enraizado na vida das autoras.

Em meio aos diários de Carolina, notamos um sentimento crescente de revolta e indignação com a vida que leva, com a pobreza que vivencia, com a miséria na qual está inserida, além de observar a crueldade humana de forma tão próxima. No diário de 19 de maio de 1958, a autora relata: “Começo a revoltar. E a minha revolta é justa.” (JESUS, 2014, p. 35), nesse momento ela se sente revoltada com o fato de estar sempre levantando às cinco horas da manhã para ir às ruas catar papel. Comprendemos que em alguns momentos, é natural para o ser humano sentir-se cansado de uma rotina árdua.

Françoise compreendia esse sentimento, ainda que de uma outra perspectiva, se revoltava com a condição precária de muitas vidas humanas e de como alguns parecem dificultar, propositalmente, a vida daqueles que já são miseráveis. Como afirmou Césaire (2020), não é possível haver outra relação além da pautada em trabalho forçado, intimidação, desprezo etc, entre os que praticam o colonialismo e aqueles que são vítimas desse domínio. Logo em uma de suas primeiras cartas endereçada à sua irmã de cor, ela diz que a vida a deixa “em constante revolta, e não é por causa de Deus, mas dos homens.” (EGA, 2021, p. 22), afinal foram os homens que instituíram as práticas colonizadoras.

A herança colonial está implementada na sociedade de uma maneira tão severa, que até os dias atuais é possível perceber discursos racistas, homofóbicos, misóginos, etc, de modo a tentar propagar uma supremacia branca, masculina e heterossexual. Carolina pensa que existe uma revolta dos povos brancos para com os negros, revolta essa que é completamente insensata, pois “Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se.” (JESUS, 2014, p. 122). Se somos todos (brancos e pretos) frutos de uma mesma criação e habitamos uma mesma terra, essa hierarquização dos povos não é justa.

Segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) esse é justamente o tipo de postura que a decolonialidade espelha, o confronto com aqueles que acreditam serem melhores e superiores do que outros. As atitudes que corroboram para a propagação dos pensamentos decoloniais não precisam estar atreladas a ações consideradas de grandes proporções. Posicionamentos cotidianos que podem consistir em questionar e ir contra atitudes preconceituosas e/ou violentas fazem parte dessas ações. Carolina e Françoise demonstraram em muitos âmbitos de suas vidas, que apesar de não possuírem as condições excelentes para realizarem atividades que refreiam os pensamentos colonialistas, essa não era uma motivação suficiente para que elas não tentassem.

No momento em que Ega, mesmo tendo melhores condições de vida, precisa levar seu filho ao médico, os homens brancos a tratam com rispidez. Porém, ela não se permite abalar e os enfrenta de forma que, se eles queriam amedrontar essa mulher para que ela não conseguisse suprir seus direitos de saúde destinados ao seu filho, foram eles que se sentiriam amedrontados. A revolta de Françoise mexeu com eles, e só assim, após enfrentar aqueles que se consideravam superiores, ela conseguiu o que foi buscar: atendimento médico.

Durante uma certa época, na favela do Canindé, a rádio-patrolha agia com autoridade obscena em relação aos favelados e isso chegou a revoltar grande parte da população residente. Carolina nos conta que um de seus vizinhos “estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório.” (JESUS, 2014, p. 108). No presente, ainda nos deparamos com governos que incitam e favorecem esse tipo inaceitável de comportamentos, fomentando cada vez mais uma revolta consciente e justa das classes menos abastadas. Françoise, por muitas vezes, se ressentia em trabalhar para senhoras e senhores brancos: “Não tinha mais vontade de rir, estava absolutamente incomodada em trabalhar para pessoas assim.” (EGA, 2021, p.102), pois não queria auxiliar essas pessoas a manter uma vida exploratória para com as suas irmãs das Antilhas e pretas.

A fim de ir contra esse plano genocida de exploração, Françoise Ega tentava, sempre que possível, se afirmar como ser individual e singular. Ainda que sua pele fosse negra, ela não era como outra mulher negra e nem vice-versa. Enquanto trabalhava em uma casa com crianças, a autora escreveu que as crianças a tratavam de maneira generalizada em alguns momentos, haja vista esse tratamento, Françoise resolve pedir demissão:

De manhã diziam ‘a negra’, de noite já me chamavam de ‘Maméga’. Eu simplesmente lhes disse: ‘Eu não chamo vocês de ‘foguinho’, mesmo que vocês sejam ruivos’ Sou uma negra, mas tenho um nome, ora ora!’ [...] - ‘Faça o serviço para mim, já que a senhora não volta!’ Ela não acrescentava: ‘E já que nenhuma branca o faria’. Dei-lhe o prazer de possuir uma mulher negra até o último minuto, e saí rindo ao longo do caminho que me levava para casa (EGA, 2021, p. 144 e 146).

Tanto nos diários quanto nas cartas percebemos a presença de trechos, sejam de falas, sejam de pensamentos, nos quais as autoras demonstram seu orgulho em serem negras. Esses momentos acontecem, primordialmente, quando alguém tenta insultá-las para que se sintam inferiorizadas por serem pretas. Mas Carolina diz: [...] “eu adoro minha pele preta, e o meu cabelo rustico. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.” (JESUS, 2014, p. 64). Em paralelo, temos Françoise, que após passar por um momento de humilhação por ser

negra, diz que se sentiu humilhada naquilo que era mais caro para ela, a sua fé e a sua raça (EGA, 2021). Através das declarações dessas mulheres, negras, escritoras, podemos perceber que nos é apresentada uma postura clara de reexistência contra esse sistema colonial que muitos tentam perpetuar.

Quando repensamos o conceito, já citado anteriormente, de reexistência, proposto por Amorim e Silva (2019), identificamos que essa reafirmação dos sujeitos que foram historicamente violentados e discriminados surge como uma forma de se auto afirmar na sociedade. O amor próprio que Carolina e Françoise representam sobre si mesmas, proporciona para ambas a visão de um mundo no qual todos os indivíduos possam ter a liberdade necessária para serem exatamente quem são, de modo que não sejam subalternizados e nem precisem lidar com a inferiorização de suas raízes.

Essas imagens de autorrepresentação são comumente narradas por escritoras negras, pois buscam subverter os pensamentos que induzem a ideia de que as mulheres pretas pertencem ao “outro” e não a si mesmas. Nesse prisma, então, temos o campo dos relatos intimistas que combina com a escolha literária de fomentar a subjetividade dos indivíduos que se entendem negros, especialmente as mulheres.

Indignada com a situação que as pessoas viviam na favela, Carolina passou a direcionar sua raiva para maiores instâncias políticas, pois era esse grupo social que tinha o poder de fazer a diferença, mas acaba sempre por escolher ignorar tais problemas demográficos. Ela diz: “Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões.” (JESUS, 2014), mas apesar de toda sua revolta, ela não se rendia, pois o povo, de acordo com a escritora, não deve cansar e nem deve chorar. O povo deve lutar para melhorar o Brasil e proporcionar às próximas gerações uma vida mais digna (JESUS, 2014).

Sabe-se que o movimento colonial contribuiu diretamente para o silenciamento e a subalternização dos povos, as obras dessas duas autoras promoveu um novo olhar para os povos, antes marginalizados na literatura. Entendemos que, para que as próximas gerações possam ter uma melhor perspectiva de vida, bem como auxiliar na extinção de ações supremacistas dos povos brancos, é necessário que a história dos povos negros seja aprendida e (re)aprendida de forma coerente, de forma a repensar as narrativas que nos foram contadas e consideradas como únicas e universais. Cabe retomar aquilo que foi discutido por Lugones (2012) nos capítulos anteriores, pois a decolonialidade está altamente representada nos ideais das teorias pensadas pelas feministas do século XX.

Todos os excertos comentados neste capítulo propiciam a compreensão da existência do pensamento decolonial das autoras, que pouco a pouco foi sendo construído em meio às realidades nas quais estavam inseridas. Desde o acordar, até a hora em que se permitiam repousar, Carolina e Françoise ressignificam suas dores e as dores de suas iguais, para que estas tornem-se suas motivações diárias da luta por melhorias de vida dos povos que, até hoje são postos em segundo plano, tanto na sociedade quanto nas narrativas literárias que chegam aos leitores em massa.

Nesse sentido, inferimos que há similaridades consistentes entre as duas obras quando pomos em xeque suas posturas e ações sociais dentro dos contextos sócio-históricos nos quais estavam inseridas. Diante de tudo que foi discutido, caminhamos nossa pesquisa para as considerações finais, a fim de apresentar sumariamente os resultados e conclusões que pudemos alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Em Marseille somos a maioria”
(EGA, 2021, p. 158)

“Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria?”
(JESUS, 2014, p. 39)

Em nosso trabalho, para além das necessidades acadêmicas, de conclusão de curso, visamos fortalecer os pensamentos decoloniais que, até então, não são popularmente conhecidos, embora já sejam altamente reproduzidos. Escritoras, mulheres e negras, exaltamos essas duas autoras pois representam um povo que é a maioria da qual a minoria supremacista necessita para mover a sociedade. Sendo maioria numericamente, é possível e mais do que necessário que estes povos se revoltem.

Em vista disso, tivemos como principal propósito discutir as obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, autora brasileira Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra*, da escritora antilhana Françoise Ega. Nesse sentido, em nossas considerações iniciais apresentamos um panorama geral sobre as obras que selecionamos para análise, bem como discorremos sobre a perspectiva analítica que utilizamos: a literatura comparada. Ademais, a fim de situar o leitor sobre nosso percurso metodológico, explanamos nossos métodos e as fundamentações teóricas com as quais embasamos nossa pesquisa, além de expor a divisão organizacional do texto.

No primeiro capítulo, nos detivemos, no primeiro momento, a estudar o percurso sócio-histórico do colonialismo e como este processo fomentou o despertar de uma literatura de viés decolonial. Esse estudo ajudou a promover uma compreensão mais íntegra acerca das obras estudadas. O segundo tópico trouxe a discussão sobre literatura de autoria negra feminina e como esta é uma forma de reexistência contra a perpetuação de costumes e valores imperialistas, a fim de justificar a importância do estudo dessa literatura e de disseminar tais pensamentos.

O cerne de nosso segundo capítulo, o segmentamos em três tópicos: o primeiro trata da escrita de si e a posição de autoria, posto que as obras estudadas tratam da vida das próprias escritoras; no segundo, buscamos destacar como as autobiografias entrelaçam os sujeitos que assumem papel de personagens de suas próprias histórias; já no terceiro e último tópico deste capítulo, direcionamos nosso olhar para os romances epistolares e como esse gênero narrativo proporciona maior intimidade entre os interlocutores por se apresentar como um texto que trata das vivências do indivíduo.

Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta, inicialmente, um breve panorama sobre a literatura comparada, haja vista ser a base teórica que optamos. Os dois tópicos seguintes pretendem apresentar as autoras e suas vidas, de modo a aproximar o leitor das narrativas que serão estudadas em sequência. No último tópico, resolvemos, a fim de facilitar a compreensão das propostas analíticas acerca de cada temática, segmentar o texto.

Construímos cinco subtópicos que visam a dar conta de contextualizar as obras; apresentar as semelhanças entre o espaço comum da pobreza vivenciada por pessoas do Brasil e da França; destacar as divergências entre as representações das figuras masculinas presentes nas produções frente às autoras; explicar como a crença e a religiosidade auxiliaram Carolina e Françoise em suas lutas cotidianas; e, em finalização, no último subtópico comentamos a postura decolonial que essas mulheres assumem diante de um mundo racista e patriarcal. Dessa forma, conseguimos atender aos três objetivos delimitados para esse trabalho, pensados a partir do nosso objetivo geral: discutir a escrita de si sob um olhar decolonial e explicar possíveis diálogos entre as autobiografias epistolares *Cartas a uma negra*, da Françoise Ega e *Quarto de despejo* da Carolina Maria de Jesus.

No que se refere ao primeiro objetivo, a saber: analisar o conceito que abarca a literatura decolonial, especialmente aquela escrita por mulheres negras; concluímos que esta literatura surge como um movimento que visa frear a propagação exclusiva de narrativas escritas por homens brancos e heterossexuais que descrevam os povos negros como seres subalternizados. A literatura escrita por mulheres negras é um caminho para o estudo dessa literatura de perspectiva decolonial, posto que elas abarcam dois mundos subalternizados: o mundo do gênero e o mundo da raça.

Quanto ao segundo objetivo, no qual buscamos investigar de que maneira o romance epistolar, enquanto gênero, se relaciona com a teoria da escrita de si nas autobiografias, observamos que, diante da luta diária que as mulheres vivenciaram e vivenciam até os dias atuais, a escrita de cartas e/ou diários tornava-se um refúgio para essas mulheres. Ainda que, Carolina e Françoise já possuíssem a ambição e o desejo de publicar livros, inicialmente, suas cartas e seus diários pessoais não possuíam esse objetivo. Tornando-se uma forma de refletir e submergir de suas realidades, escrever era, para elas, o único meio de sobreviver diante da vida que lhes pertencia.

Caminhando para o último objetivo, nos propomos a comparar as divergências e semelhanças entre as temáticas abordadas e as condições de produção das obras em paralelo à realidade das autoras em prol dos solos sócio-históricos. Para isso, apresentamos, como dito anteriormente, a biografia das autoras e a contextualização da obra, de modo a conseguir fornecer as informações necessárias, para o leitor, sobre o percurso dessas duas mulheres.

Para suprir os comentários acerca das divergências e semelhanças presentes entre as obras, concluímos que: quando pensamos na temática da fome e da pobreza, as duas narrativas convergem. Os pensamentos das autoras confluem em irmandade em prol da

realidade dos favelados do Canindé, em São Paulo, Brasil e das imigrantes antilhanas, empregadas domésticas, que viviam em Marseille, na França. A temática é apresentada de maneira muito verídica e crua nas duas obras, fazendo com que seja possível construir uma ponte entre as duas vidas.

Já quando tratamos da representação das figuras masculinas, entendemos que, por sua condição de vida mais abastada, Françoise não se deparou apenas com homens cruéis em suas jornadas, tanto pessoais quanto profissionais. Muitas vezes relatava boas ações dos seus patrões, ao agradá-las em suas jornadas de trabalho, tratando-a como igual perante a mesa de jantar, dentre outras ações. O mesmo acontecia com seu marido, ainda que houvesse momentos de relutância e certo machismo de sua parte, era um esposo carinhoso e preocupado, além de ser um pai trabalhador e presente na vida dos seus cinco filhos.

Esse fator difere completamente da vida de Carolina Maria de Jesus. Na obra de Carolina nos deparamos com relatos de homens cruéis, abusivos, agressivos, desrespeitosos, pedófilos, etc. Os pais de seus filhos nunca estiveram presentes e ela precisou cuidar de todos sozinha. Mesmo que em alguns momentos fosse cortejada por alguns homens, que, segundo ela, pareciam ser boas pessoas, Carolina se permitiu viver alguns momentos amorosos com Seu Manoel, mas nunca o aceitou, de fato.

Um ponto em comum entre as obras é a presença da fé e da crença em Deus. Em alguns momentos as escritoras questionam sua própria fé e a existência de um Deus, mas em geral, lançam mão, constantemente, de suas crenças e da religiosidade em suas vidas, com objetivo de amenizar as amarguras das lutas que precisam travar. Além disso, é através de sua fé que elas conseguem alguns momentos de paz e resiliência, nos quais conseguem aproveitar a natureza e admirar a vida sob um olhar mais otimista e esperançoso.

O último aspecto que optamos por comentar neste trabalho foi a postura revolucionária de cunho decolonial que muitas vezes as autoras apresentam em suas narrativas. Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega são mulheres negras que estão sempre dispostas a ceder uma parte do pouco que possuem para aqueles que são ainda mais necessitados que elas próprias. Mulheres que lutam contra um sistema colonial que vem perdurando até a contemporaneidade. Essas mulheres foram contra homens agressores, contra médicos mesquinhos e irresponsáveis, contra patrões abusivos, etc. Essas autoras demonstram durante todos os diários e todas as cartas o sentimento de revolta com as crueldades que os homens fomentam, com a miséria que muitos passam, com a ignorância daqueles que vivem

no poder e não promovem a diferença. Estabelecemos então, que as duas autoras possuem entre si o sentimento de luta popular em prol da esperança de um mundo melhor no futuro.

A análise desses objetivos atendidos corrobora para o que visamos promover a partir deste trabalho: ainda que haja pessoas que tentem subalternizar as mulheres, que tentem inferiorizar os negros, sempre haverá alguém que faz parte desse povo disposto a contar sua própria história e ir contra o movimento misógino e racista. Assim, conseguimos responder a nossa pergunta de pesquisa, que consiste em: de que modo se estabelecem os diálogos entre as obras escritas por Carolina, escritora brasileira e Françoise, escritora martinicana? Então, inferimos que os diálogos apresentados entre as obras, de forma muito clara, são as temáticas estabelecidas nas duas obras, como a fome, invisibilidade social, fé, revolta, feminismo etc.

Torna-se válido mencionar, antes de prosseguirmos com nossas reflexões finais, que após a conclusão da pesquisa, pudemos perceber que é possível ampliar as análises aqui iniciadas, bem como fomentar outras diversas perspectivas de reflexão. Compreendemos que, possivelmente, tenhamos deixado alguma discussão em um plano pouco aprofundado, contudo, foi preciso estabelecer um foco de análise bem delimitado, haja vista que se trata de um trabalho de monografia. Ao pensar nos desdobramentos dessa pesquisa, incitamos a elaboração de trabalhos futuros sobre as temáticas aqui explanadas a partir dessas obras tão viscerais.

Para concluir, pensamos que, diante do contexto brasileiro, temos vivido uma época de luto devido a uma epidemia que foi intensificada por causa de um plano de governo genocida. Contudo, são nesses momentos que também intensificamos a nossa luta. Quanto mais esses supremacistas atacarem aqueles que lutam por seus espaços de direito, mais os povos irão se unir. A partir da leitura e estudo dessas obras podemos aprender a como dar as mãos aos nossos iguais, a ceder um pouco àqueles que não possuem nada. É assim que não deixaremos que as próximas gerações reproduzam pensamentos e ações coloniais e escravocratas.

Pois embora Carolina não tenha podido receber e ler as cartas que lhe foram endereçadas por Françoise, o elo que essas autoras construíram vai além do campo literário. É uma ligação construída pelo gênero, pela raça, pela luta em comum e pelo amor. Vamos conceder espaço para quem tem/teve sua voz silenciada. É preciso ouvir aqueles que de fato possuem algo a dizer e escolher com sabedoria os governantes que nos representam e lutar para que realidades como as que essas duas grandes mulheres retratam em suas obras, sejam a exceção e não a regra.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. A. de.; SILVA, T. C. da. *O ensino de literaturas na BNCC: discursos e(re)existências possíveis*. In: AMORIM, M. A. de; GERHARDT, A. F. L. M. (Orgs.) *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 153-179.
- ANGELL, Robert C.; RONALD, Freedman. *Utilização de documentos, arquivos, dados censitários e índices*. In: FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. *A pesquisa, na psicologia social* Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e Pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, p. 15-24, jan. / abr, 2016.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. trad. Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- BLANCHOT, Maurice. *O diário íntimo e a narrativa*. In: *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 270-278.
- CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: *Vários Escritos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 11 ed. – Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *Prólogo*. In: MARTINS, Carlos Benedito (org). *Diálogos entre o Brasil e a França*. Formação e cooperação acadêmica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. NEABI, Pernambuco, 2020.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. 4.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Veneta, 2020.
- CÉSAIRE, A.; MÉNIL, R. *Tropiques – 1941-1945*. Paris: Jean-Michel Place, 1978.
- CHEVREL, Yves. *La littérature comparée*. Editora Puf: 4. ed. 2016.
- COMPAGNON, Antoine [2006]. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012. 73 p. (Babel). Título original: *La Littérature, pour quoi faire?*

- D'ONOFRIO, S. *Metodologia Aplicada ao Estudo de Literatura*. In: Metodologia do trabalho intelectual. São Paulo: Atlas, 1999. p. 76-99.
- EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. Trad. Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. Editora Todavia. São Paulo, 2021.
- EGA, Françoise. *Lettres à une noire. récit antillais*. Harmattan, 1978.
- ETIEMBLE, René. *Comparaison n'est pas raison*. Paris: Gallimard, 1963.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*, v. 1, p. 52-57, 2005. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista01.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FAEDRICH, Anna. *O conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea*. Itinerários, Araraquara, n. 40, p.45-60, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/8165/5547>. Acesso em: 21 set. 2021.
- GIL, A. C. Como classificar pesquisas. In: *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.
- GODINHO, Marta Teresinha. *O Serviço Social das Favelas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social, 1955.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Bernardino-Costa Joaze; Torres-Maldonado, Nelson; Grosfoguel, Ramón (orgs.). 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 55-77.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-47, 2016.
- GROSFUGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter D. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colômbia, n. 9, p. 29-37, jul-dez, 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- JEUNE, Simon. *Littérature générale et littérature comparée*. Paris, Minard, 1968.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEJEUNE, Philippe. Definir autobiografia. In: MORÃO, Paula (Org.). *Autobiografia. Auto-Representação*. Lisboa: Colibri, 2002.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LUGONES, María. *Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples*. Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Bernardino-Costa Joaze; Torres-Maldonado, Nelson; Grosfoguel, Ramón (orgs.). 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-53.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedad e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016a.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, 2008.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTESQUIEU, C. *Cartas persas*. R. J. Ribeiro, trad. São Paulo: Pauliceia, 1991.

MORAES, Marcos Antonio de. *Epistolografia e crítica genética*. Ciência e Cultura (SBPC), São Paulo, v. 59, n. 1, p. 30-32, jan.-mar. 2007.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

PIEDEDE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 1. ed, 2019.

PINHEIRO-CARVALHO, Aldenora; PINHEIRO-MENEGON, Patrícia; PINHEIRO-MARIZ, Josilene. (Organizadoras). *O lugar da literatura nos estudos decoliniais*. São Luís: Graffias, 2022.

RATZINGER, Joseph. Pluralismo Teológico. A Igreja e as culpas do passado, São Paulo: Loyola, 2002, p. 37.

REMAK, Henry H. H. *Literatura comparada: definição e função*. In: COUTINHO, Eduardo F., CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.175-190.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. In: *Femininos Plurais*. Editora Pólen: São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (cidade). *Desfavelamento do Canindé*. Divisão do Serviço Social da PMSP, 1962.

SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes literárias de escritoras negras*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). História, Memória, Literatura. O Testemunho Na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. SPITZER, Leo. «Témoïn», in: *Archivum Romanicum*. Vol. 22, 1938, pp. 372-375.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALPEREAU, Gustave. *Dictionnaire universel des littératures*. (1876). Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2207247>. Acesso em: 28 fev. 2023.

VELOSO, Serena. Desvendando o campo da literatura comparada. 10 de junho de 2019. *UnB Ciência*. Disponível em: Desvendando o campo da literatura comparada.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERGÈS, F. Entretien avec Françoise Vergès. *Mettre en théorie et en pratique le principe de déplacement*. Comment S'en Sortir?, France, n. 1, 2015. Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02407697/file/css-1_2015_verges_mettre-en-pratique-et-en-theorie-le-principe-deplacement.pdf. Acesso em: 27 março 2023.

VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das correspondências. In: TERESA *Revista de Literatura Brasileira/área de Literatura Brasileira*, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.

WELLEK, René. A crise da literatura comparada. In: COUTINHO, Eduardo F., CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.108-119.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.